

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.28, n.05-06, p.1-45, maio/junho 2006

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

NESTOR CELSO IMTHAM BUENO - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

SACHIKO ARAKI LIRA

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

CAROLINA MARTINS

LEONARDO MARCON WEBER

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(*normalização bibliográfica*)

ANA BATISTA MARTINS

(*edição eletrônica*)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

Economia mundial: pouso suave ou fredda brusca? <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	1
Radiografia do PIB trimestral <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	4
Contas públicas: o perfil do gasto federal <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	7
O câmbio e a internacionalização defensiva <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
Paquete agrícola: pontual e inconsistente <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	11
O caso Volkswagen: origens e saídas alternativas <i>Guilherme Amorim</i>	13
Choque infra-estrutural e inversões em insumos básicos <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	16
O gás natural boliviano e o Brasil <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	20
Paraná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	22
Economia Paranaense <i>Indicadores Selecionados</i>	29

Economia mundial: pouso suave ou fredda brusca?

Gilmar Mendes Lourenço*

Os meios especializados recolocaram na mesa de discussões internacionais um assunto em voga no final do decênio dos 1990 e começo dos anos 2000: a dosagem do ritmo de crescimento da economia mundial. Na ocasião, o estouro da bolha imobiliária e a eclosão dos escândalos corporativos, depois da descoberta das maquiagens contábeis realizadas por grandes companhias norte-americanas, ensejaram o surgimento de propostas de alternativas que abarcavam a acomodação suave ou a brusca desaceleração da economia mundial. A reação dos agentes aos impactos econômicos contracionistas dos ataques terroristas ocorridos em setembro de 2001 encarregou-se de dar contornos recessivos à trajetória de pronunciado desaquecimento da produção e do comércio global, capitaneada pelos Estados Unidos.

O atual momento de instabilidade, retratado na modificação da percepção dos investidores, materializada na queda generalizada nas bolsas de valores a partir do mês de maio de 2006 (o Ibovespa caiu de 42 mil pontos para 32,9 mil pontos), e na subida da cotação dos títulos de longo prazo dos EUA, acompanhada de alta dos juros e depreciação cambial nos mercados emergentes, traduz um rearranjo defensivo operado nas carteiras das diferentes modalidades de aplicações, notadamente câmbio, ações e títulos públicos e privados.

Mais precisamente, esse comportamento reproduz as fortes suspeitas de reversão da orientação expansiva, praticada especialmente pelos *policy makers* norte-americanos, como forma de sufocar as pressões inflacionárias embutidas na impulsão do endividamento primário da população e dos déficits em transações correntes dos EUA, aspectos que caracterizaram o vigoroso e generalizado ciclo de crescimento mundial iniciado em 2003, ancorado na China, Japão e Índia – com câmbio e crédito altos e juros baixos – e EUA.

A dívida e os déficits serviram para, ao mesmo tempo, alterar o sinal das contas externas dos emergentes, compor poderosas forças deflacionárias (pelo lado da multiplicação das escalas de negócios) e justificar a implementação de políticas monetárias e de crédito frouxas, alimentando bolhas de ativos e aplicações maciças em papéis de risco dos países emergentes.

De um lado, os desequilíbrios em transações correntes dos EUA, ocasionados pela articulação entre reduzidos níveis de poupança e progressivos déficits fiscais (5,0% do PIB), passaram de cerca de US\$ 390,0 bilhões em 2001 (3,8% do Produto Interno Bruto - PIB) para US\$ 792,0 bilhões em 2005 (6,3% do PIB).

Isso significa que os gastos de consumo e investimento realizados por consumidores e empresas norte-americanas, respectivamente, excedentes em relação ao montante de renda interna, vêm sendo cobertos por recursos oriundos do resto do mundo, sobretudo do Japão, China e outros países asiáticos. De outro lado, a ascensão da inflação poderia encontrar explicação no realinhamento da estrutura de preços relativos mundiais em favor das *commodities*, e em sua propagação para os demais preços, provocado principalmente pelo extraordinário crescimento chinês.

A ascensão da inflação poderia encontrar explicação no realinhamento da estrutura de preços relativos mundiais em favor das commodities

Nesse ponto, as manifestações e/ou preocupações do atual presidente do Federal Reserve (FED), Banco Central dos EUA, Ben Bernanke, que substituiu Alan Greenspan em fevereiro de 2006, depois de este ter permanecido no comando daquela instituição por quase vinte anos, contribuíram para o delineamento de um quadro de perturbação, atrelado à interpretação conservadora da constatação de variação média do núcleo inflação dos EUA acima do teto da meta, alcançada e mantida há seis meses (2,4% nos últimos doze meses encerrados em maio de 2006 contra meta informal de 2,0%). Lembre-se de que o novo *chairman* do FED ainda carece de conquista de credibilidade junto às peças econômicas relevantes dos EUA, pois o próprio Greenspan foi saudado, no final de 1987, com um movimento cadente na Bolsa de Nova Iorque.

De fato, as taxas básicas de juros iniciaram rota ascendente desde junho de 2004 nos EUA (quando estavam em 1,0% ao ano, chegando aos 5,25% a.a.

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

atuais) e dezembro de 2005 na zona do euro, apontando para a necessidade de imposição de restrições ao ambiente de fatura de capitais nos mercados internacionais, derivado da mudança de patamar de expansão da economia mundial (de 2,0% a.a. no começo do século para 5,0% a.a. no triênio 2003-2005) e da inflação (de 3,5% para 4,0% a.a. no mesmo período), evidenciada e/ou induzida, em ambos os casos, pela disparada das cotações das *commodities* metálicas e minerais (especialmente petróleo).

Contudo, convém não perder de vista as chances de perenização dos fatores de distorções, em razão do abrangente horizonte temporal para a geração dos superávits em conta corrente pelos asiáticos e para a manutenção da sua condição de credores líquidos dos EUA, funcionando com moedas depreciadas; da confiança conferida à moeda norte-americana como reserva, o que valida o financiamento dos déficits por meio de emissão monetária; e do diferencial de rendimentos observado entre os ativos internacionais em confronto com os norte-americanos (títulos do tesouro), propiciando ganhos externos aos aplicadores dos EUA, preponderantemente às companhias multinacionais, e amenizando o peso do endividamento líquido daquela nação.

O nó górdio reside na conjugação entre inflação dos ativos (moedas, bolsas, imóveis e *commodities*) e surtos

de endividamentos, especialmente das famílias (EUA), corporações (Europa) e governos (Japão e emergentes), que, se interpretados como estando no limite da sustentação técnica, podem desembocar em situações de ruptura, inclusive institucional. Isso se torna mais grave para os emergentes que experimentaram valorização de papéis da dívida e da taxa de câmbio desde 2004.

Nessas circunstâncias, o ajuste exigiria a combinação não traumática entre majoração dos juros e desvalorização do dólar, em dosagem suficiente para resgatar a competitividade das exportações e a capacidade de poupança da economia norte-americana. Mesmo porque, nos dias atuais, não se vislumbraria qualquer espaço de negociação política para a correção do problema norte-americano através da valorização da moeda dos seus credores, tal como verificado nos anos 1980, em consequência do Acordo de Plaza (1985), ao custo da estagnação da economia japonesa por quase duas décadas.

Ainda assim, a adequação deve redundar em desaceleração do ritmo de crescimento da economia dos EUA e das demais nações avançadas e afetar o desempenho das nações consideradas emergentes, sobretudo aquelas largamente subordinadas ao comportamento das cotações das *commodities* e/ou do influxo de capitais e praticantes de políticas econômicas de qualidade reconhecidamente duvidosa como a brasileira.

Radiografia do PIB trimestral

Gilmar Mendes Lourenço*

As informações sobre a evolução e o valor do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre janeiro e março de 2006, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmaram a trajetória de recuperação da economia, retomada no último trimestre de 2005, e o deslocamento do eixo dinâmico do mercado externo para a demanda doméstica.

De fato, se de um lado a sobrevalorização da taxa de câmbio suprimiu parcela expressiva da rentabilidade das exportações e favoreceu as importações, de outro a flexibilização monetária (redução dos juros e acréscimo da oferta de crédito) e fiscal (elevação dos dispêndios públicos acoplada ao calendário eleitoral) e a ampliação da massa de salários (emprego e salário real) devolveram fôlego à fração do mercado interno atrelada ao consumo, ao investimento e à construção civil.

O PIB do País cresceu 3,4% no primeiro trimestre, em comparação com o mesmo período de 2005, alcançando a soma de R\$ 478,9 bilhões, puxado pela formação bruta de capital fixo, ou taxa de investimento (9,0%), e pelo consumo das famílias (4,0%). A expressiva variação do investimento esteve ligada à reação da construção civil e das importações de máquinas e equipamentos, inclusive em substituição às compras no mercado interno em virtude do câmbio baixo. Já o acréscimo nos níveis de consumo derivou do alargamento do volume total de salários reais (5,0%) e do crédito às pessoas físicas (35,0%).

Enquanto isso, os gastos do governo exibiram incremento de 1,6%, com forte presença dos programas de transferência de renda, que, centrados no Programa Bolsa-Família, passaram de 0,2% do PIB em 2002, último ano do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, para 0,5% em 2005.

Caberia aqui sublinhar que o espaço para a recuperação dos dispêndios sociais no Brasil foi criado pela Constituição de 1988, ao instituir itens subsidiados como a aposentadoria rural, a renda mensal vitalícia e os benefícios vinculados à Lei Orgânica da Assistência Social, e alargado recentemente pela adoção de políticas convencionais de renda mínima como o Bolsa-Escola, o Vale-Alimentação e o Vale-Gás, no governo FHC, unificados no Bolsa-Família, na gestão Lula.

Aproximadamente R\$ 80,0 bilhões por ano (4,0% do PIB) estariam sendo canalizados para essa rede de proteção social, que assistiria a mais de 30 milhões de brasileiros (ou 15,0% da população total). Só o Bolsa-

Família deve abarcar 11,1 milhões de domicílios em 2006 (21,0% do total), com recursos da ordem de R\$ 8,5 bilhões, superando em 31,0% o montante alocado em 2005.

É claro que tais iniciativas, somadas à elevação real do valor do salário mínimo (SM) e de seus efeitos multiplicadores (inclusive na forma de indexação dos benefícios previdenciários), contribuíram de forma relevante para a elevação dos rendimentos da população mais pobre e a diminuição da desigualdade no País. Lembrese de que o poder de compra do SM sofreu incremento de 21,0% na era FHC e de 32,0% sob a administração Lula. Com isso, a renda dos 10,0% e 20,0% mais pobres cresceu 23,0% e 20,0%, respectivamente, no intervalo de tempo compreendido entre 2001 e 2004, provocando o incremento no consumo de bens essenciais. A capacidade de compra do SM aumentou de 0,7 para 2,0 cestas básicas entre 1994 e 2005.

Contudo, a continuidade de tais ações esbarra na ausência de cumprimento dos requisitos estruturais à retomada auto-sustentada do crescimento econômico, particularmente os estratosféricos custos tributários e de capital que inibem as decisões empresariais em favor do investimento produtivo e do emprego no Brasil. A expansão dos dispêndios sociais vem acontecendo paralelamente à impulsão das despesas financeiras do governo (e à paralisação dos investimentos em infraestrutura econômica e social), à custa da elevação da carga tributária, próxima de 40,0% do PIB.

Enquanto os atendimentos sociais da União subiram de 3,1% para 21,0% dos gastos não financeiros do Governo Central entre 1987 e 2005, as despesas com investimentos caíram de 16,0% para 3,0% em idêntico intervalo, evidenciando uma autêntica inversão de prioridades dos dispêndios do setor público no Brasil.

Voltando à radiografia do PIB do primeiro trimestre de 2006, o sinal do comércio exterior exibiu uma inversão de tendência, marcada pela perda de fôlego das

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

exportações (+9,3% contra +13,6% no primeiro trimestre de 2005), cada vez mais concentradas em um reduzido número de grandes empresas e de produtos, e pelo salto das importações (+16,0% *versus* +12,2% nos primeiros três meses de 2005), sendo a primeira vez desde o último trimestre de 2003 que as compras superaram as vendas externas, comandadas por produtos metalúrgicos, siderúrgicos, materiais elétricos e equipamentos eletrônicos.

O PIB industrial cresceu 5,0%, o dos serviços 2,8%, com destaque para o do comércio (4,8%), e o da agropecuária encolheu 0,5%, em função do fraco rendimento das lavouras de verão e da influência das restrições fitossanitárias. A produção industrial foi determinada pelas marchas de bens de consumo duráveis (14,9%) e de capital (9,2%).

Os ramos de bens de consumo vêm sendo beneficiados pela ampliação do crédito e do volume de salários, pela redução dos preços de alimentos e pela reposição técnica dos estoques comerciais, desovados com as vendas de fim de ano. Na categoria de bens de capital, emergiu a pronunciada interferência dos dispêndios com equipamentos para as áreas de energia elétrica, transporte e construção, além dos produtos ligados à informática.

O desempenho de bens duráveis de consumo pode ser explicado pelas expressivas variações observadas em telefones celulares (31,3%), eletrodomésticos (13,9%) e automóveis (12,6%). Já para a área de bens de capital, o comportamento foi afetado decisivamente por equipamentos para energia elétrica (45,2%), para construção (21,4%) e de uso misto (17,3%), com destaque negativo para máquinas agrícolas (-17,5%). Ressalte-se que a construção civil cresceu 7,0%, a melhor performance desde o terceiro trimestre de 2004, em decorrência da maior disponibilidade de crédito e dos impactos das operações de obras rodoviárias emergenciais promovidas pelo governo federal.

A produção de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis experimentou elevação de 4,0%, liderada por alimentos e bebidas (5,3%), particularmente cervejas, chopes e refrigerantes. A performance negativa nesta categoria recaiu sobre os itens tênis de couro e vestidos (exceto de malha).

O acréscimo mais modesto ocorreu em bens intermediários (2,8%), com as atividades insumos básicos e combustíveis e lubrificantes contabilizando significativos avanços (16,7% e 13,9%, respectivamente), centrados em minérios de ferro e petróleo. Vale mencionar, ainda, os avanços de 6,9% em insumos da construção civil e de 0,9% em insumos industriais elaborados, que abrangem os produtos siderúrgicos e a produção de cimento.

O movimento negativo mais relevante surgiu em alimentos e bebidas elaborados para a indústria (-5,9%), associado ao declínio da produção de derivados da cana-de-açúcar, sendo que a fabricação de embalagens caiu -1,0%.

A variação do volume de vendas do comércio de varejo nos primeiros três meses do ano foi de 5,0%, suplantando o quarto trimestre de 2005 (4,6%), impulsionada por equipamentos e material de escritório, informática e comunicação (55,4%), em razão do

barateamento das importações com o câmbio valorizado, móveis e eletrodomésticos (11,1%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (5,7%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (5,2%). A queda de 8,2% em combustíveis e lubrificantes pode ser justificada pela crise na agricultura e a elevação dos preços ligada aos problemas do álcool.

A atual fase de reativação da economia brasileira está amparada em fatores pontuais e transitórios, obedecendo à lógica da imagem e semelhança dos costumeiros vôos de galinha

A continuidade do curso de reativação da economia brasileira no restante de 2006 parece assegurada pelos efeitos expansionistas atrelados à concatenação entre impulsão da massa salarial (capitaneada pelo salário mínimo) e à sobreposição verificada entre a Copa do mundo e o ciclo eleitoral. Entretanto, convém ter presente tratar-se ainda de um movimento amparado em fatores pontuais e transitórios, obedecendo à lógica da imagem e semelhança dos costumeiros vôos de galinha, vividos pelo Brasil no transcorrer dos últimos 25 anos.

Mais que isso, o panorama econômico tem se revelado bastante heterogêneo, fruto da arrancada de alguns segmentos mais articulados ao mercado interno, limitados pela capacidade de endividamento da população, e da fragilização de atividades direcionadas ao comércio internacional em razão da apreciação cambial. Não por acaso, a expansão brasileira de 3,4% continua bastante abaixo de emergentes como a China (10,3%), Venezuela (9,4%), Índia (9,3%), Argentina (8,6%), Coreia do Sul (6,2%), México (5,5%), Indonésia (4,6%), Chile (4,6%), Rússia (4,6%) e Espanha (3,5%) e mesmo dos Estados Unidos (3,6%).

Depois da redução da taxa básica de juros (Selic) para 15,25% ao ano, na reunião do final de maio do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o preço real do dinheiro no mercado interbancário e na rolagem da explosiva dívida pública no Brasil permaneceu no topo do ranking mundial (10,6% a.a.), contra 6,7% a.a. de Cingapura, 5,8% a.a. do México e 4,3% a.a. da Turquia.

Tal fardo financeiro exige a geração de enormes superávits fiscais primários do setor público e, por extensão, a manutenção de uma carga tributária acima de 38,0% do PIB, superando em 14,0 pontos percentuais a capacidade de suporte da sociedade (trabalhadores, consumidores e empresários), estimada em 24,0% do PIB, em um contexto de engessamento dos dispêndios públicos correntes.

Daí que a transformação da atual fase de recuperação conjuntural em crescimento econômico estrutural depende do grau de convencimento dos atores sociais acerca do fortalecimento do arsenal de defesas do País diante das turbulências externas – como a subida dos juros e a queda de liquidez externa por conta da ascensão

da inflação nos Estados Unidos –, construído pela política macroeconômica, e da existência de propostas políticas capazes de viabilizar a implantação de um programa dirigido prioritariamente ao longo prazo pelo futuro presidente da República, incluindo as reformas estruturais (especialmente tributária, fiscal, financeira, política e do Judiciário) e a instituição de mecanismos de controle de fluxos de capitais voláteis.

Apenas em caráter exploratório, com respeito ao imbróglcio externo, de acordo com a visão das autoridades governamentais haveria a necessidade de compreensão adequada, de um lado, das reduzidas possibilidades de alteração qualitativa do cenário mundial, sendo a volatilidade atual provocada por fatores circunstanciais, e, de outro, do apreciável capital anticrise conquistado ao longo dos últimos anos pelo País.

Esse tipo de interpretação revela-se equivocado por negligenciar as linhas de comportamento externa e doméstica. Pelo ângulo internacional, o governo brasileiro não parece empenhado em reconhecer o rearranjo sincronizado verificado nas políticas monetárias das nações avançadas, priorizando elevações nas taxas de juros, para sufocar pressões inflacionárias advindas da combinação entre o acréscimo das cotações das *commodities* minerais e o fator China. Mais que isso, é razoável admitir que os tempos de abundância e de reduzido preço do crédito internacional estejam com os dias contados, especialmente se for considerado o caráter insustentável da dimensão do déficit em transações correntes da economia dos Estados Unidos.

No *front* doméstico, supor a existência de uma couraça de proteção contra incidentes financeiros exógenos, atestada pela melhoria dos indicadores externos brasileiros durante a fase de bonança, vivida entre 2003 e 2005, representa uma recusa em enxergar a simultânea impulsão dos dispêndios públicos e a compressão dos investimentos no País, notadamente em infra-estrutura e inovação, o que resultou em deterioração das condições de competitividade externa e da capacidade de expansão futura de um sistema econômico que, conforme os argumentos dos palacianos de plantão, estaria pronto para crescer.

Na realidade, seduzido pelos encantos e prazeres oferecidos por uma espécie de “ilha da fantasia”, o Ministério da Fazenda e o Banco Central vêm se esquecendo de fazer a tarefa de casa, traduzida na perseguição de marchas concatenadas de diminuição dos juros e de depreciação cambial, sob pena de anular as iniciativas de diversificação de produtos e de mercados no exterior, empreendidas pela iniciativa privada, depois do realismo cambial praticado desde janeiro de 1999 e reforçado em 2002, ainda que este último episódio tenha ocorrido sob forte influência do panorama eleitoral de risco desenhado na ocasião.

No que tange às proposições de longa maturação, até aqui os acenos de situação e oposição não permitem vislumbrar qualquer avanço significativo, a não ser a promessa de redução dos juros e de prosseguimento dos programas sociais.

Contas públicas: o perfil do gasto federal

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**

Com a aproximação da eleição presidencial, a gestão das contas públicas vem ganhando espaço no debate econômico, podendo-se constatar uma crescente percepção da importância do equilíbrio fiscal para o crescimento da economia. De fato, há razoável consenso quanto à necessidade de uma maior articulação entre as políticas monetária e fiscal, de modo a promover a redução da taxa de juros e da dívida pública, possibilitando a aceleração do nível de atividade em um contexto de estabilidade dos preços.

Por isso, são recorrentes os alertas dos analistas para a evolução das despesas governamentais, a despeito do cumprimento das metas de superávit primário, fixadas em 4,25% do PIB para o setor público consolidado e 2,45% do PIB para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central). A apreensão dos especialistas, mesmo com o alcance dos objetivos de contenção dos gastos não-financeiros, se deve à permanência do relevante déficit no resultado nominal, consequência direta da manutenção dos elevados dispêndios com os serviços da dívida pública.

Segundo dados do Banco Central, as despesas do setor público com o pagamento dos juros somaram R\$ 157,1 bilhões no exercício de 2005, valor que correspondeu a 8,1% do PIB, determinando uma necessidade de financiamento de R\$ 63,6 bilhões (3,3% do PIB). No caso específico do Governo Central, os juros consumiram recursos equivalentes a 6,6% do PIB, o que resultou em um déficit nominal da ordem de 3,0% da renda nacional (tabela 1).

Como efeito da desproporção entre o contingenciamento do gasto primário e os encargos do passivo público, a dívida líquida do Governo Central atingiu 34,1% do PIB no final do ano passado, resultado que reflete também a insuficiente contribuição do crescimento econômico para a melhoria do quadro fiscal. Nesse sentido, observa-se que o endividamento do governo vem se mantendo em patamares elevados nos últimos anos, alcançando valores superiores a 32% do PIB desde 2001 (tabela 2), não obstante a interrupção do forte movimento de ascensão da dívida iniciado na segunda metade da década de 1990, derivado, entre outros fatores, do reconhecimento de obrigações contingentes e da federalização de passivos estaduais.

Ademais, os atuais déficits nominais não representam verdadeiramente fator de expansão da demanda agregada, considerando que a diferença entre o gasto público total e o montante da tributação não se converte, de forma integral, em consumo do setor privado.

Na prática, os saldos positivos das transferências da esfera pública para a privada, expressos pelos déficits no resultado nominal, redundam principalmente no aumento do estoque de ativos financeiros (com grande participação dos papéis do governo), diferenciando-se dos déficits fiscais baseados nos investimentos governamentais e nos gastos com o funcionalismo, que têm impactos significativos sobre o consumo de bens e serviços.

Diante disso, fica claro que os expressivos desembolsos com os juros contribuem sobremaneira para o desequilíbrio fiscal do Governo Central, assim como para a limitação da função anticíclica do gasto público, dadas as restrições impostas às despesas discricionárias pelos dispêndios financeiros. Entretanto, é inegável que alguns gastos primários vêm apresentando trajetória de crescimento, com destaque para os benefícios previdenciários.

Em 1997, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os benefícios da Previdência Social totalizaram R\$ 47,1 bilhões, cifra que correspondeu a 5,4% do PIB, muito abaixo do valor de R\$ 146,0 bilhões registrado em 2005, equivalente a 7,5% da renda nacional (tabela 3). Nesse mesmo período, as receitas previdenciárias apresentaram relativa estabilidade, passando de 5,1% para 5,6% do PIB, o que resultou na elevação do déficit de 0,3% para 1,9% do PIB, não deixando dúvida quanto aos efeitos fiscais dos reajustes reais do salário mínimo e dos consequentes aumentos dos benefícios atrelados ao piso previdenciário, em sua grande maioria sem contrapartida proporcional por parte da contribuição.

Já os desembolsos com o pagamento de pessoal e encargos sociais não podem ser considerados fatores condicionantes da ampliação dos gastos federais, tendo em vista a estável trajetória da referida modalidade de despesa. No exercício de 2005, os gastos com pessoal do Governo Central atingiram a marca de 4,6% do PIB, muito próxima do percentual de 4,8% do PIB anotado em 1997, atingindo um ápice de 5,3% do PIB em 2002.

Por tudo isso, é certo que o controle das finanças federais passa necessariamente pela contenção da tendência altista de algumas despesas primárias, especialmente dos benefícios previdenciários, exigindo também a diminuição dos gastos com os juros, o que é particularmente complexo em um contexto de manutenção dos baixos índices inflacionários.

**Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.*

TABELA 1 - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - 2004-2006

NÍVEIS ⁽¹⁾	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO (% do PIB)								
	2004			2005			Janeiro-Abril 2006		
	Primário	Juros Nominais	Nominal	Primário	Juros Nominais	Nominal	Primário	Juros Nominais	Nominal
Governo Central	-3,5	4,2	0,7	-3,6	6,6	3,0	-4,8	7,6	2,8
Governos estaduais	-1,0	2,6	1,6	-1,1	1,3	0,2	-1,4	1,1	-0,2
Governos municipais	-0,1	0,5	0,4	-0,2	0,3	0,0	-0,2	0,2	0,1
Setor Público Consolidado	-4,6	7,3	2,7	-4,8	8,1	3,3	-6,4	9,0	2,6

FONTE: BANCO CENTRAL

NOTA: (-) superávit (+) déficit.

(1) Os resultados incluem as empresas estatais, distribuídas nas respectivas esferas administrativas.

TABELA 2 - DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - 1995-2006

ANOS	DÍVIDA LÍQUIDA (% PIB)	
	Governo Central	Setor Público Consolidado
1995	13,3	30,6
1996	15,9	33,3
1997	18,7	34,4
1998	25,0	41,7
1999	29,8	48,7
2000	30,6	48,8
2001	32,8	52,6
2002	35,3	55,5
2003	36,2	57,2
2004	32,5	51,7
2005	34,1	51,5
2006	34,3	51,0

FONTE: BANCO CENTRAL

NOTA: De 1995 a 2005, posição no mês de dezembro. Em 2006, resultado no mês de abril.

TABELA 3 - DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL - 1997-2005

MODALIDADES	DESPESAS (% do PIB)									
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Despesa Total	15,1	16,1	15,8	15,8	16,9	17,3	16,5	17,1	18,2	
Pessoal e Encargos Sociais	4,6	4,9	4,9	4,9	5,2	5,3	4,9	4,7	4,8	
Benefícios Previdenciários	5,4	5,8	6,0	6,0	6,3	6,5	6,9	7,1	7,5	
Custeio e Capital	5,1	5,4	4,9	4,8	5,3	5,3	4,7	5,2	5,7	
Despesa do FAT	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	
Subsídios e Subvenções Econômicas	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2	0,4	0,3	0,5	
Benefícios Assistenciais	-	-	-	-	-	-	0,3	0,4	0,5	
Outras Despesas de Custeio e Capital	4,2	4,5	4,0	4,0	4,4	4,6	3,4	3,9	4,1	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	
Despesas do Banco Central	-	-	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	

FONTE: Ministério da Fazenda/STN

O câmbio e a internacionalização defensiva

Gilmar Mendes Lourenço*

A taxa de câmbio de um país expressa o preço de venda da moeda internacional no âmbito doméstico e representa uma das variáveis referenciais para a tomada de decisões de investimentos de longo prazo em uma economia inserida na globalização. No Brasil, existem fortes evidências de que a moeda nacional (real) estaria supervalorizada frente ao dólar e a uma cesta de moedas das nações que possuem maior intercâmbio comercial com o nosso país.

Os efeitos mais imediatos da cotação cambial valorizada poderiam ser sintetizados na conformação de uma progressiva inversão na velocidade de expansão dos componentes da balança comercial, particularmente o arrefecimento das exportações e a impulsão das importações. Recorde-se que esses aspectos passaram a integrar não apenas o noticiário econômico, mas a pauta de apreensões manifestadas pelos empresários em fins de 2005 e princípio de 2006, por minarem o elemento determinante tanto da recuperação econômica quanto do ajuste externo experimentados pelo Brasil no período recente.

No entanto, no âmago dessas inferências de natureza conjuntural, a valorização do real pode proporcionar outras implicações estruturais nada desprezíveis, que começaram a atingir o núcleo de diferentes cadeias produtivas e que possuem peso suficiente para provocar o extermínio de alguns elos relevantes e/ou o aumento da concentração técnica, por meio da absorção de empresas de menor porte, que exibem menores escalas produtivas e financeiras, por companhias de maior dimensão, especialmente as multinacionais, que, ao integrarem estratégias globais, estariam alheias aos interesses nacionais.

É possível constatar também que, para os campos diretamente ligados ao comércio para exportação, operantes no limite da competitividade, a apreciação cambial traria, inevitavelmente, compressão de mercados e, por extensão, dos requerimentos de insumos, máquinas e equipamentos, em sua maioria de fabricação nacional, e da necessidade de utilização do fator trabalho, resultando em ondas de desemprego.

Já para os segmentos com folga de competitividade, seria lícito admitir até um aproveitamento da situação através da realização de compras externas de equipamentos e/ou de importação de procedimentos de produção mais modernos, favorecendo inclusive a obtenção de ganhos de produtividade.

Porém, o risco maior da sobrevalorização do real ainda está na abdicação forçada, por parte das empresas, de mercados internacionais reconquistados a duras penas desde 1999, reflexo da repetição do erro cometido pelas autoridades econômicas entre julho de 1994 e dezembro de 1998.

O risco maior da sobrevalorização do real repousa na abdicação forçada, por parte das empresas, de mercados internacionais reconquistados a duras penas desde 1999

De concreto, os agentes políticos brasileiros estariam assistindo, passivamente, à substituição da realização de processos produtivos dentro dos limites geográficos do País por outros praticados no exterior, ainda que pela pura troca de componentes nacionais por importados. Tal procedimento contribui, irremediavelmente, para a supressão de atividades com apreciáveis desdobramentos multiplicadores dinâmicos em emprego, agregação de valor e potencial de investimento, como aquelas dedicadas à fabricação de calçados, confecções, madeira, móveis, química e autopeças.

O mais gritante, porém, é que a errática política cambial pode acabar, de forma precoce, com o salutar processo de internacionalização das empresas brasileiras, iniciado ainda nos anos 1980, sob a batuta da maturação dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e magnificado nos anos 1990, na esteira da liberalização comercial e da estabilidade monetária, por conta do extravasamento de programas bem-sucedidos de multiplicação de competências e eficiência.

O desbloqueio das barreiras à exploração de fronteiras competitivas externas, sob aparato institucional e padrões de consumo e de cultura contemporâneos e

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

pouco conhecidos, mirou-se na busca de elevação dos ativos conquistados e na utilização de novas motivações tecnológicas, mercadológicas e gerenciais.

O embrião dessa postura residiu nas decisões de inversões externas da Petrobrás que, mais adiante, contaminaram o comportamento de grupos privados (como Gerdau, Weg e Vale do Rio Doce etc.), os quais, na busca de descoberta e apropriação de novas frentes de mercado, lograram auferir a maior proporção dos resultados de suas operações no exterior, mesmo em condições de debilidade dos mercados vizinhos (formados e consolidados no ambiente do Mercosul), por injunções macroeconômicas.

Nas circunstâncias atuais, já é possível perceber a predominância da disseminação de uma inserção externa

defensiva das organizações atuantes no Brasil, priorizando condutas de preservação da eficiência e/ou escape de deturpações na matriz de custos, ensejadas por maiores despesas com insumos e mão-de-obra *vis-à-vis* os custos sistêmicos registrados em nações com menores fardos tributários, financeiros, infra-estruturais, burocráticos e cambiais e propensas à multiplicação de inversões em Ciência e Tecnologia.

Podem ser contabilizados como exemplos acabados recentes desse fenômeno o fechamento de plantas e a suspensão de investimentos no agronegócio por parte do grupo Bunge, as inversões de grandes companhias têxteis, como Santista e Coteminas, na América Central e na China, e a escolha da Ásia pela Ford para sediar novas unidades, dentre outras saídas.

Pacote agrícola: pontual e inconsistente

Gilmar Mendes Lourenço*

O pacote de providências de socorro ao setor agrícola, anunciado pelo ministro Roberto Rodrigues em 25 de maio de 2006, ataca, de forma pontual e insuficiente, alguns problemas emergenciais, em atendimento parcial aos pleitos manifestados pelos produtores rurais. Ao mesmo tempo, o conjunto de medidas revela timidez e reduzida consistência nas propostas para a remoção dos obstáculos estruturais à preservação da renda das atividades do agronegócio.¹

Dentre as ações mais imediatas que foram lançadas, destaca-se a alocação de aproximadamente R\$ 10,0 bilhões para o adiamento do prazo de pagamento de parte das dívidas de custeio da safra 2005/2006 (estimadas em R\$ 26,0 bilhões) por quatro anos, com um ano de carência, mantidos os juros de 8,75% ao ano. A proporção do montante da dívida a ser prorrogada dependerá da lavoura e da região. No caso da soja, a renegociação abrangerá 80,0% do débito de custeio da referida safra para o Centro-Oeste e 55,0% para o Sul-Sudeste. Já para o arroz, algodão e milho, a dilação cobrirá 50,0%, 35,0% e 35,0%, respectivamente, dos passivos.

Houve também a autorização de refinanciamento por cinco anos – com dois de carência – das parcelas vencidas em 2005 e 2006 do Programa de Securitização, do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e do Recoop (cooperativas), para os produtores adimplentes até dezembro de 2004, com juros de 8,75% a.a. e prazo de 180 dias para a solicitação da rolagem.

Na linha de capital de giro, foi definida a elevação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) rural de R\$ 2,0 bilhões para R\$ 4,0 bilhões, para suprimento da demanda de produtores, e dos prazos de pagamento de dois para cinco anos com dois anos de carência. Esse valor contém nova linha de crédito com prazo de quinze meses para cooperativas e fornecedores de insumos.

O governo anunciou ainda a oferta de um volume de R\$ 60,0 bilhões para o financiamento das operações de crédito da safra 2006/2007 (sendo R\$ 50,0 bilhões para a agricultura comercial e R\$ 10,0 bilhões para a familiar), o que representou acréscimo de 12,5% frente ao ano agrícola anterior (+13,0% comercial e +11,0% familiar).

Para custeio e comercialização serão alocados R\$ 41,4 bilhões, 25,0% acima das cifras de 2005/2006, sendo R\$ 31,5 bilhões subsidiados pelo Tesouro Nacional, a juros de 8,75% ao ano, e o restante a preços de mercado, oferecido pelas instituições financeiras privadas, dentro

do item exigibilidades, alternativamente ao recolhimento sem remuneração junto ao Banco Central.

Já o montante de crédito para investimento declinou 23,0%, reflexo da crise de liquidez vivida pelo setor, devendo atingir R\$ 8,6 bilhões, sendo as maiores quedas estipuladas para o Moderfrota (-45,0%), Moderinfra (-29,0%), Prodefruta (-25,0%) e Prodecoop (-18,0%). Em contrapartida, haverá expressivo recuo dos juros do Finame Agrícola Especial (de 13,95% a.a. para 12,35% a.a.), do Prodecoop (de 10,75% a.a. para 8,75% a.a.) e do Moderfrota.

Para essa última modalidade, além da incorporação da possibilidade de aquisição de equipamentos usados, o juro cairia de 9,75% a.a. para 8,75% a.a., para produtores com renda de até R\$ 250,0 mil/ano, e de 12,75% a.a. para 10,75% a.a., para aqueles com rendimentos anuais superiores a R\$ 250,0 mil.

No terreno dos incentivos estruturais, o ministro acenou com a realização dos leilões de Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para mitigar os efeitos das oscilações de preços, antes do começo do plantio da safra, com recursos inferiores a R\$ 3,0 bilhões. Haveria ainda a preparação da instituição de um Fundo de Catástrofes, com gestão privada de haveres públicos e privados a ser discutida e aprovada pelo Congresso Nacional.

Em sentido semelhante seria criada, por intermédio de resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), uma poupança com isenção tributária na realização de saques em situações de crise. Ocorreria também a isenção dos impostos de importação de insumos e matérias-primas nas transações de *drawback* (importação para reexportação) e do imposto de renda sobre os rendimentos dos títulos agrícolas.

Um exame preliminar do elenco de decisões desautoriza o delineamento de expectativas mais otimistas quanto ao futuro das cadeias produtivas

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

atreladas à área rural. Isso porque, na arena das emergências, o governo deixou de fora os inadimplentes, devido às restrições jurídicas impostas pela presença de produtores nas listas do Cadin e da dívida ativa da União, e a esmagadora maioria dos fornecedores, os quais possuem créditos superiores a R\$ 30,0 bilhões com os produtores, o que representa mais de 60,0% dos passivos rurais.

O pacote agrícola deixou de fora os produtores inadimplentes e a esmagadora maioria dos seus fornecedores

Houve também completa omissão oficial na revitalização da política de preços mínimos, na securitização de dívidas, semelhante à prática adotada em 1995 (emissão de papéis com aval do governo federal), na desoneração do óleo diesel (cujo preço carrega quase 50,0% de tributos) e na modificação da política cambial. Lembre-se aqui de que a cotação do dólar abaixo de R\$ 2,70 faz o Brasil abdicar da luta pela obtenção da condição de maior exportador mundial de alimentos, por conta da insuficiente geração de renda para utilização final em investimentos e da não cobertura das

despesas operacionais com máquinas, insumos e mão-de-obra pelos produtores.

No campo da sinalização de longo alcance, o executivo perdeu mais uma oportunidade de começar a estruturar um novo arcabouço institucional para o setor, em lugar dos desgastados Planos de Safra, esquecendo que a grande bandeira defendida pelos representantes do segmento rural é “estabilidade, transparência e garantia das regras do jogo”, dado que da porteira da fazenda ou da porta da fábrica para dentro tudo se resolve.

Não houve também qualquer insinuação acerca do cumprimento da obrigatoriedade de canalização de 25,0% dos depósitos à vista dos bancos comerciais para empréstimos ao setor, do combate ao *dumping* internacional, da isonomia com prazos e juros externos, do enfrentamento das deseconomias externas, sobretudo do sucateamento da infra-estrutura, dos programas de profissionalização dos produtores, dentre outros aspectos relevantes.

Nessas circunstâncias, parece razoável admitir que as saídas apresentadas pelo governo para a crise do segmento agrícola exibem um caráter essencialmente político, na direção da desmobilização dos movimentos de protestos e reivindicações realizados pelos produtores durante o ciclo eleitoral.

Nota

¹O pacote recebeu alguns remendos no mês de junho, em face das inúmeras pressões realizadas pelas classes produtoras, sem alterar a sua essência. As novidades ficaram por conta do aumento do percentual dos financiamentos de custeio da safra 2005/2006 a serem prorrogados, por produto, incorporando as lavouras de mandioca e trigo e a pecuária, e da ampliação do prazo de pagamento (de 4 para 5 anos). Ademais, o pedido de demissão do ministro Roberto Rodrigues, em 28 de junho de 2006, representa evidência do diminuto espaço político reservado ao setor rural pelo governo.

O caso Volkswagen: origens e saídas alternativas

Guilherme Amorim*

Em novembro de 2004, a Volkswagen da Alemanha firmou um acordo com seus funcionários que estabelecia uma moratória nas demissões da empresa. Os trabalhadores aceitaram um congelamento salarial em troca da promessa de que não seriam demitidos – em algumas plantas germânicas o acordo bloqueia demissões até 2011. O compromisso gerou economia de US\$ 2 bilhões em gastos trabalhistas à maior montadora da Europa e foi rompido pela empresa em fevereiro deste ano, com sua decisão de eliminar 20 mil postos de trabalho no velho continente. É nesse cenário que surgiu o anúncio, no início de maio, de que a Volkswagen do Brasil demitirá 27% dos seus empregados até 2008. Os cortes ocorrerão em três fábricas: Anchieta (onde acordo semelhante ao da VW alemã vigora até novembro), São José dos Pinhais e Taubaté.

O caso da Volkswagen não é isolado na indústria automotiva. O setor passa por uma reestruturação global e são poucas as montadoras que não estão reduzindo seus quadros e reequacionando recursos. General Motors, Ford, Fiat e Daimler-Chrysler também passam por reformas drásticas em busca da sobrevivência. O grupo Volkswagen é dono de sete diferentes marcas (VW, Audi, Seat, Skoda, Lamborghini, Bugatti e Bentley) e produz automóveis em dezesseis países. Até 2004 a operação brasileira era a terceira do mundo, atrás de Alemanha e Espanha. Naquele ano a VW chinesa já produzia mais carros de passageiros que as fábricas brasileiras da companhia, mas a produção total de veículos – incluindo comerciais leves, caminhões e ônibus – era ligeiramente maior no Brasil.

Excluindo da análise as fábricas na Itália (Lamborghini e Bugatti) e no Reino Unido (Bentley), que seguem a lógica do *sui generis* mercado de alto luxo, pode-se separar as plantas do grupo entre européias e não-européias. As fábricas na Alemanha, Hungria, Bélgica, Portugal, Espanha, Eslováquia, Polônia e República Tcheca atendem ao mercado europeu e estão atreladas a uma estrutura de custos pouco flexível. Ainda assim, a companhia parece ter parado de perder clientes na Europa, mercado em que o preço não é o principal determinante da escolha do consumidor, mais preocupado com confiabilidade mecânica, *design*, opções de personalização e atendimento pós-compra – o crescimento da participação da Audi nas vendas européias do grupo demonstra isso.

Novas exigências legais quanto à segurança e à emissão de poluentes beneficiaram a VW e outras montadoras tradicionais, inibindo competidores que crescem no resto do globo. Essa legislação afastou do mercado europeu os carros *commodities*, com tecnologia e preços inferiores. Para fortalecer sua presença na Europa, a companhia planeja inaugurar uma fábrica na Rússia em 2007 com capacidade de produzir 115 mil veículos por ano.

As não-européias, na África do Sul, Argentina, Brasil, China e México, foram construídas com a expectativa de operarem como bases exportadoras, além de suprirem esses mercados. Destas, apenas a chinesa apresenta taxas crescentes de produção e rentabilidade, mesmo com uma participação declinante no mercado asiático no biênio 2004-2005. A operação mexicana, que atende à demanda dos EUA, sofre com a baixa receptividade do maior mercado do mundo ao GTI (versão esportiva do Golf europeu) e ao Jetta, um sedã de porte médio.

O fracasso da Volkswagen nos EUA deve ser combatido com o lançamento de uma dezena de novos modelos até o fim da década. O Golf vendido naquele país é produzido em São José dos Pinhais e, mesmo com um preço atrativo, não conseguiu manter a popularidade que o modelo outrora desfrutou. A expectativa da empresa é de voltar a ter lucros naquele país até 2010 (em 2005, seu prejuízo alcançou um bilhão de euros). Atualmente o grupo VW detém menos de 2% do mercado norte-americano de veículos leves, mesmo patamar de participação da Kia e da BMW. Embora suas vendas em 2006 estejam melhores do que as do ano passado, revertendo tendência declinante, a estratégia da empresa ainda não é clara. Ela não oferece qualquer *pick-up* e oferta apenas um utilitário esportivo em um país que, mesmo com crescentes preços do petróleo, demanda mais de quatro milhões desses veículos por ano.

No caso brasileiro, o aumento da competição e um quadro macroeconômico desfavorável não encontraram boas respostas operacionais. Há dez anos a Volkswagen detinha 34,92% do mercado brasileiro de automóveis. Em 2003 essa fatia chegou a 20,96%, e

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

no ano passado era de 21,6%. Seus concorrentes tradicionais – GM, Fiat e Ford – sofreram flutuações na participação de mercado, mas nenhum perdeu tanto quanto a VW com a entrada das novas montadoras no País. O crescimento de PSA, Renault, Honda e Toyota foi equivalente ao encolhimento da Volkswagen. A deprimida renda interna não pode ser a única responsabilizada por essa retração e por prejuízos operacionais nos últimos oito anos. Os problemas de faturamento interno foram parcialmente compensados pelas exportações, mas a crescente valorização do real tem inviabilizado essa alternativa.

As decisões do conselho de direção da VW, especialmente as que envolvem relações trabalhistas, são geralmente demoradas. Metade dos votos do conselho está nas mãos de representantes de sindicatos, dificultando cortes de pessoal, especialmente na Europa. Essa pressão sindical impede maior transferência de linhas de produção para as fábricas não-européias, que, por sua vez, têm seus próprios problemas. A elevação da cotação do aço e do preço de energia elétrica em um mercado altamente competitivo forçou a redução das margens de lucro das montadoras e obrigou aquelas que mantinham grandes estoques a repensarem suas estratégias para satisfazer demandas personalizadas. Aquelas que colhem melhores resultados conseguiram equacionar escala e preço, adaptando versões de um mesmo veículo aos mercados-alvo, com ajustes tecnológicos apropriados à renda e à legislação. Os efeitos do crescimento da participação da Porsche no capital societário do grupo VW sobre o planejamento da companhia também são incertos.

A estratégia de distribuir plataformas idênticas ao redor do globo na tentativa de otimizar recursos e reduzir custos é utilizada por todas as grandes montadoras. A variável exógena que mais influência exerce sobre a eficácia desse modelo de investimentos é a taxa de câmbio. A Volkswagen do Brasil optou, calcada nessa estratégia, pela importação de veículos do México (amparada pelo Acordo Automotivo) e da Alemanha para competir em segmentos de mercado voltados a consumidores de maior poder aquisitivo. A capilaridade de sua rede, a boa reputação da marca e uma boa relação entre moeda valorizada e tarifa de importação fundamentavam essa decisão. A produção brasileira ficou restrita, então, a veículos populares, ônibus e caminhões. Essa estratégia ganhará novo fôlego no Brasil caso ocorra a redução de tarifas de importação que a indústria, antes opositora da idéia, agora defende.

A valorização do real é benéfica para as montadoras que dependem da importação de peças ou têm essa opção, mas os veículos da Volkswagen têm alto grau de nacionalização. A eventual redução de tarifas de importação aumentaria a competitividade da VW em nichos lucrativos ora dominados pelos seus competidores – caso dos sedãs médios –, mas as montadoras com menor grau de nacionalização de seus produtos também ganhariam caso o corte tarifário se estendesse às peças. Na esfera do Mercosul, a proposta de eliminação

do desconto de 40% na importação de peças – defendida pela Sindipeças e combatida pela Anfavea – teve sua discussão postergada para dezembro.

O novo acordo automotivo, firmado com a Argentina em fins de junho e válido por dois anos, estabelece uma nova relação de intercâmbio que exige maior integração entre as plantas dos dois países – e reduz a margem de erro estratégico das montadoras. Estas cancelaram o acordo porque a taxa de câmbio argentina as beneficia no momento. O idealizado livre comércio permanece sem horizonte definido. Até maio o Brasil exportou US\$ 1,7 bilhão em automóveis e peças para a Argentina e de lá importou o equivalente a US\$ 800 milhões.

A linha de automóveis populares da Volkswagen se divide entre as plataformas BX e Fox. A primeira, mesmo sofrendo forte competição, manteve preponderante fatia do mercado graças à confiabilidade mecânica e ao baixo custo de manutenção, fatores determinantes na faixa de preços em que concorre. A segunda plataforma, inicialmente estabelecida em São José dos Pinhais, foi desenvolvida no País e tem parte de sua produção – deslocada para São Bernardo do Campo em julho de 2005 – exportada para a Europa. O lançamento do Fox deu fôlego à montadora, compensando a estagnação de vendas do Gol, que se sustenta, em razoável medida, na demanda de frotistas.

A planta de São José dos Pinhais ostenta a reputação de ser a mais moderna dentre as brasileiras. É, contudo, incerto o destino da instalação na reestruturação da companhia. Da segunda plataforma do local saem versões defasadas do Golf e do Audi A3. O novo A3 será importado da Alemanha, e o Golf, padecendo com custos de seguro superiores à concorrência, com a demora no lançamento de uma versão *flex* e com o natural envelhecimento estilístico, perde mercado. Há ainda, nessa fábrica, uma plataforma BX destinada à produção da Saveiro. As obrigações devidas pela montadora à receita paranaense funcionam como uma barreira à desativação da fábrica e sugerem que seu funcionamento, ainda que com significativa ociosidade, seja preferível no curto prazo.

Segundo a Pesquisa Industrial Anual de 2004, a participação do Paraná na fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias correspondeu a 10,7% do valor de transformação industrial da atividade no Brasil. Não há política pública estadual que exerça influência no quadro, uma vez que a decisão sobre o destino da fábrica paranaense depende da política macroeconômica e das escolhas que a VW fará nessa busca por lucratividade. A dilação de prazo para pagamento do ICMS concedida quando da instalação da unidade em São José dos Pinhais desaparece no caso de desativação, e o total devido deve ser pago à vista. Caso a recomendação do presidente mundial do grupo prevaleça, a saber, de que uma das fábricas brasileiras deve ser fechada, essa dívida tornaria a saída financeiramente custosa, havendo um prejuízo à imagem corporativa onde quer que o fechamento ocorra.

O pólo automotivo do Estado reúne 8,5% do pessoal ocupado nesse segmento industrial no Brasil, trabalhadores com capacitação e salários superiores à média da indústria. A reestruturação passará por demissão de funcionários. Inevitavelmente desgastantes, os cortes têm maior probabilidade de sucesso se resultarem de acordo.

Mesmo que as condições para o crescimento da demanda fossem encorajadoras – razoável taxa de juros

real, incentivos legais à modernização da frota, crescimento significativo da renda das famílias –, a empresa ainda sofreria com a concorrência. O mercado automotivo é complexo por excelência e os ajustes que a VW brasileira ora executa podem ser percebidos como um paliativo pouco eficaz ou como um sinal de reestruturação planejada. Qualquer previsão sobre o futuro do grupo Volkswagen e da indústria como um todo é pouco confiável, mas a necessidade de mudanças é, sem dúvida, premente.

Choque infra-estrutural e inversões em insumos básicos

Gilmar Mendes Lourenço*

Nos anos recentes, a discussão e a prática econômica no Brasil têm enfatizado, de maneira absolutamente exagerada, as questões relacionadas com a estabilização monetária, em detrimento da organização de argumentos e do lançamento de atitudes sólidas na direção da combinação de ingredientes capazes de viabilizar uma retomada auto-sustentada do crescimento.

Sem negar a importância da priorização e perseguição do equilíbrio dos fundamentos macroeconômicos, condição necessária à reativação duradoura dos níveis de produção, negócios e renda do País, parece crucial o reconhecimento da necessidade de enfrentamento e superação de uma série de obstáculos estruturais à marcha expansiva de médio e longo prazos, particularmente na área de infra-estrutura pública, sob pena de a estabilidade inflacionária conquistada desabar como um verdadeiro castelo de areia.

Nessa ordem de restrições, seria oportuno sublinhar duas constatações. A primeira delas diz respeito ao fato de, rigorosamente, todos os ciclos expansivos vividos pela economia brasileira terem sido antecedidos por substanciais inversões estruturantes em atividades básicas na órbita estatal.

A segunda observação compreende o argumento científico para um teto de variação de 3,5% ao ano para a economia do País, traduzido como Produto Interno Bruto (PIB) potencial, baseado na proliferação da técnica de medição da "produtividade total dos fatores", obtido do exame da saturação da capacidade instalada do parque fabril de insumos básicos e do sucateamento da infra-estrutura física, o que prejudica sobremaneira a inserção competitiva do País, e de seus heterogêneos espaços regionais, no ambiente de globalização produtiva.

A propósito, vale realçar a presença e influência do estoque e dos fluxos de infra-estrutura para a ancoragem de programas de industrialização por algumas regiões e estados brasileiros, acoplados em maior ou menor grau ao clima de decisões econômicas de caráter nacional, em diferentes momentos e regimes políticos.

Por certo, a identificação das raízes do colapso do capital social básico brasileiro, desde a segunda metade do decênio dos 1980, constitui tarefa demasiadamente complicada, abrangendo tanto elementos geradores quanto solucionadores de crises, o que exigiria a arregimentação e análise de um volume de informações quantitativas e qualitativas que transcende o núcleo desta reflexão.

Contudo, é importante reter a íntima ligação existente entre a deterioração do aparato infra-estrutural e a derrocada do estilo de desenvolvimento levado a cabo no País entre o começo dos anos 1930 e o final da década de 1970, objetivando a implantação dos três departamentos industriais de produção (bens de produção, de consumo duráveis e de consumo não-duráveis e semiduráveis), nos moldes da substituição de importações, e sustentado primordialmente pela articulação, por vezes perversa, entre poupança pública e externa, ensejando a instituição de um clima de vulnerabilidade das contas do Brasil em momentos de crises internacionais.

Normalmente, tais problemas foram sendo empurrados para a frente, por meio do financiamento inflacionário dos desequilíbrios das finanças públicas, resultantes da falta de preocupação com a rota altamente ascendente dos gastos correntes do governo e da sua respectiva cobertura, via emissão de moeda, de títulos públicos ou mesmo de contratação de passivo externo.

Tal paradigma desmoronou com a decretação da exaustão dos alicerces fiscais, financeiros e técnicos do arcabouço institucional da industrialização substitutiva de importações, principalmente depois do choque triplo que atingiu em cheio a economia mundial em setembro de 1979, formado pela duplicação dos preços do petróleo, pela triplicada dos juros internacionais e pela pronunciada recessão, o que debilitou o comércio em escala planetária e os termos de intercâmbio dos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

A reprodução desses eventos no Brasil determinou o surgimento de problemas sintetizados na falência do Estado e na interrupção do financiamento externo voluntário, cujo encaminhamento de solução exigiria o

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

aval formal e o cumprimento de orientações emanadas do Fundo Monetário Internacional (FMI), um tipo de xerife do sistema financeiro internacional, encarregado de zelar pela redução da exposição dos bancos comerciais privados em seus empréstimos às nações do Terceiro Mundo.

A estratégia “exportar é o que importa” adotada desde então, dirigida à produção de enormes e crescentes superávits comerciais para a transferência de dólares líquidos aos credores da dívida externa do País, só poderia ser compatível com reduzidos níveis de crescimento das atividades vinculadas ao mercado doméstico, salvo em alguns momentos de repique expansivos, associados à edição de planos heterodoxos de combate à inflação, como o Cruzado, em fevereiro de 1986, que, diga-se de passagem, só não precipitou um choque de oferta na área energética em razão de seu aborto, em novembro daquele ano, com a implementação de medidas recessivas.

A saída do Estado deixou um vazio na provisão de infra-estrutura não ocupado pelos mercados

A saída do Estado como agente indutor, regulador, financiador e provedor de infra-estrutura e mercado para o setor privado deixou um vazio não ocupado pelos “mercados”, em face, de um lado, das sobras resultantes dos enormes investimentos em maturação, definidos e concretizados sob o manto dos petrodólares capturados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel e, de outro, da possibilidade de multiplicação dos ganhos não operacionais, a partir de aplicações dos excedentes fora da órbita produtiva, oportunizadas pelo fértil mercado de rolagem da dívida líquida do setor público brasileiro. Frise-se que a fração privada produtiva atuava sempre à margem, pontuando suas aplicações em reposição e/ou modernização de algumas linhas.

Cumprir recordar que o II PND era formado primordialmente por empreendimentos destinados a eliminar a atrofia dos segmentos de insumos básicos (siderurgia, alumínio, petroquímica, papel e celulose etc.) e de bens de capital e a superar a fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Na prática, havia uma aliança estratégica, designadora de enormes investimentos públicos orientadores das decisões privadas, integrante de um modelo associado entre capital estatal, privado nacional e multinacional.

Mas, a suposta ausência de sustentação tangível desse panorama e as exigências de crescimento econômico, como requisito precípuo ao encaminhamento do pagamento da enorme dívida social acumulada pelo País, inclusive nos estágios de maior intensidade de expansão, abriu flancos para, passada a sofrida fase de transição dos anos 1980, a emergência da “receita libertadora” condensada na retórica neoliberal, expressa em posturas radicais de abertura, desregulamentação e privatização dos mercados de insumos básicos e de infra-estrutura brasileiros.

Nessas circunstâncias, a orientação política, centrada no gerenciamento curto-prazista do Plano Real, abdicou da oportunidade de discussão, montagem e aplicação de um modelo contemporâneo de restauração, ampliação e modernização da retaguarda infra-estrutural. No final das contas, houve, sob o pretexto das reformas institucionais lideradas pela flexibilização dos monopólios estatais – de telecomunicações, energia e de exploração de reservas de petróleo e gás natural –, a açodada concessão do “filé-mignon” das teles e de parte do segmento energético (e das indústrias básicas) para conglomerados multinacionais, em leilões de privatizações de legitimidade bastante discutível.

Como resultado, houve a desorganização da demanda interna dos ramos fabricantes de bens de produção, com vazamentos de renda para o exterior na forma de importação de componentes, equipamentos e tecnologia e de multiplicação das remessas de lucros.

No mais, restaram as incertezas regulatórias, multiplicadas pelas apreensões generalizadas quanto à eficácia das Parcerias Público-Privadas – concebidas no governo Fernando Henrique Cardoso e resgatadas na gestão Lula, como meio de financiamento alternativo das inversões em infra-estrutura e serviços públicos –, motivadas pelo absoluto descolamento entre aquelas e o Programa Plurianual de Investimentos (PPA), lançado em 2003 pelo governo federal com o nome propagandístico de “Brasil de Todos – Participação e Inclusão”, que, paradoxalmente, deveria constituir sua referência principal, dada a projeção de absorção de 16,0% dos recursos previstos no PPA.

Entretanto, o que interessa compreender é que a sociedade brasileira adorou a brincadeira de inflação baixa, inaugurada em julho de 1994 e mantida a duras penas até os dias de hoje. Tanto isso é verdadeiro que proliferam sinais inequívocos de resgate de uma vontade de participação na construção de um projeto de crescimento menos dependente de poupança externa, mais voltado para o mercado interno e com maior grau de inclusão social.

Para tanto, os atores (empresários, governo e trabalhadores) estão absolutamente convencidos da necessidade de recuperação dos instrumentos e instituições capazes de assegurar a materialização desse desejo. Mais que isso, na interpretação dos meios especializados, os riscos de apagão logístico comprometem a eficiência atual e potencial do aparelho produtivo do País, combatendo sua competitividade nos mercados interno e externo.

A perspectiva de apagão torna-se mais clara com a percepção da excessiva concentração dos transportes no modal rodoviário – agravada pela implementação de procedimentos de concessão à iniciativa privada com reduzido conteúdo técnico e/ou transparência –, totalmente deteriorado nas regiões de fronteira agrícola, da insuficiência de projetos de envergadura na área ferroviária, dos gargalos portuários e da iminência de descontinuidade de suprimento de energia (reconhecida para 2009 inclusive por previsões realizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS),

especialmente a insuficiência de gás natural, abordada em outro artigo desta edição.

Com relação à área hidroelétrica, mesmo com o País ostentando margens competitivas em termos de custos de produção e de segurança geopolítica, a crise financeira do Estado, a falta de negociação e definição de critérios de precificação e os impasses advindos da legislação ambiental encarregaram-se de engavetar projetos de utilização do enorme potencial hídrico oferecido, que poderia triplicar a capacidade instalada de energia hidráulica, atualmente estimada em 80 mil MW, segundo levantamentos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 41 usinas hidrelétricas em construção no Brasil, 33 vêm sendo bloqueadas por limitações impostas por organismos ambientais, comprometendo a geração de quase 6,0 mil MW. Mas, por enquanto, o que existe, de acordo com o Ministério das Minas e Energia, é um projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, prevendo a reserva de áreas para construção de usinas e de linhas de transmissão de energia elétrica.

Quanto ao álcool, seria interessante discutir o controle nacional de um novo programa. O Brasil vem registrando expressiva atração de capitais estrangeiros nos últimos anos. Enquanto a maior parcela dos recursos entrantes está sendo hospedada nas carteiras de curto prazo dos bancos, responsáveis pela rolagem dos títulos da dívida pública interna, uma outra parte tem encontrado abrigo em aplicações nas Bolsas de Valores, preponderantemente em ações de empresas exportadoras e/ou de companhias privatizadas.

Contudo, uma fração ainda não adequadamente mensurada dos haveres externos vem buscando esconderijo alternativo na compra de grandes extensões de terras. De fato, existem fortes indícios de aquisições desse tipo de ativo, por parte de grupos internacionais, tirando proveito da depreciação do valor dos bens rurais, por conta da crise vivida pela agricultura do País desde o exercício de 2004.

Ressalte-se que o golpe definitivo para o colapso financeiro das atividades rurais foi desferido pela política monetária quando, ao garimpar capitais especulativos, provocou sobrevalorização da taxa de câmbio, derrubando a competitividade da agricultura de exportação, já suficientemente combatida por adversidades de mercado e/ou climáticas.

Por certo, tal postura dos investidores estrangeiros reflete o exame criterioso dos fatores determinantes do comportamento de um conjunto abrangente de variáveis econômicas e políticas, em diferentes unidades geográficas do planeta. Cumpriria destacar um exemplo relevante dos elementos avaliados nas decisões estratégicas das companhias transnacionais.

Mais precisamente, é praticamente consensual o prognóstico de que a expectativa de vida da principal fonte energética da II Revolução Industrial – o petróleo – é inferior a meio século. Na mesma linha, é generalizada

a avaliação de que a experiência mais bem-sucedida no campo de energias opcionais no mundo repousa no álcool brasileiro, a despeito das várias tentativas de destruição desse empreendimento genuinamente nacional, a partir do começo dos anos 1990.

Em paralelo, a intensificação da vulnerabilidade dos mercados das *commodities* primárias, capitaneadas pelo declínio dos complexos soja e carnes, poderia abrir flancos para a ampliação da ocupação de vastas extensões de terras planas do território brasileiro, aptas à mecanização, com o plantio de cana-de-açúcar, aspecto já sinalizado pela recente ascensão dos preços do álcool ocorrida no começo de 2006.

Nessas condições, revela-se crucial a preparação e execução de uma versão atualizada de um programa voltado à produção de álcool energético, menos dependente dos subsídios do passado e mais articulado à geração de inovação e de capacidade empresarial nacional.

Voltando à permanente impulsão do custo-Brasil pelo ângulo físico, sem contar as nada desprezíveis parcelas tributária, cambial, financeira, burocrática, pesquisa e desenvolvimento (P&D), soam inconcebíveis quaisquer novos adiamentos de remoção dos estrangulamentos. Assim, no embate eleitoral, que ora começa, os agentes nutrem expectativas e cobranças de propostas, suficientemente consistentes, capazes de contemplar itens de um choque de desenvolvimento – contido, por exemplo, no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, no segundo quinquênio dos anos 1950 – ou de um bloco planejado de inversões, no estilo da administração Geisel, no período 1974-1978.

Em paralelo, delinea-se o repúdio ao uso de remédios milagrosos, nos moldes do brutal e disforme crescimento verificado entre 1968 e 1973, dirigidos à garantia da preservação dos grupos dominantes e responsáveis pela agudização dos constrangimentos seculares registrados pela nação brasileira.

*Parece consensual a premência
de revitalização do enorme peso
fiscal e financeiro do Estado*

Diante do que foi resumidamente exposto, surge a indagação acerca de como promover uma espécie de arranque de um programa de vultosos investimentos infra-estruturais no País. Na falta de viabilização de alternativas privadas, ao longo das últimas duas décadas, parece consensual a premência de revitalização do enorme peso fiscal e financeiro do Estado, o que inclui, no repertório de medidas, a redução das taxas de juros, a reversão da sobrevalorização cambial e a continuidade do alongamento do perfil da dívida mobiliária do governo, características marcantes da maioria dos países emergentes que lograram crescimento sustentado nas décadas da globalização.

Todavia, nessa linha, o que não se deve perder de vista é a natureza imperiosa de reestruturação dos

dispêndios do governo, em um ambiente não permissivo à ampliação da carga de impostos, mediante o reordenamento de prioridades, com o sacrifício de parcela dos recursos destinados tradicionalmente às rubricas correntes, em benefício dos itens econômicos e sociais, incluindo as iniciativas de combate à pobreza.

Igualmente vital seria a redefinição do pacto federativo, especificamente das receitas e responsabilidades entre as três esferas públicas (União, Estados e Municípios). Lembre-se de que o ímpeto fiscal do Estado brasileiro impõe níveis de arrecadação superiores à terça parte do PIB e de apropriação de mais da metade do crédito bancário, a custos de 8,0% do PIB na forma de juros, o que impõe a repressão dos investimentos em infra-estrutura e o engessamento dos orçamentos públicos.

Aliás, a versão 2006 do ranking de competitividade global, realizada pelo International Institute for

Management Development (IMD), indica que o Brasil situou-se em 52º entre 61 nações acompanhadas, contra o 51º em 2005, atrás de emergentes como China (19º), Índia (29º) e Coréia do Sul (38º). Segundo o IMD, a atuação (ou não) do governo brasileiro estaria contribuindo em 20% para a colocação desconfortável.

Seria desnecessário sublinhar que a alocação de poupança pública em infra-estrutura provoca pronunciadas complementaridades, com a canalização de recursos para incremento do ativo fixo pelo setor privado, ao multiplicar a eficiência dos fatores de produção, por meio da redução de custos e da elevação da produtividade. Como numa espécie de círculo virtuoso, esse processo estimula a realização de novos investimentos e a geração de empregos, sendo o diferencial entre retorno social e privado reparado com a concessão de incentivos fiscais e creditícios.

O gás natural boliviano e o Brasil

Gilmar Mendes Lourenço*

A interpretação do impasse político e técnico criado pela recente decisão do governo boliviano de interferir de forma mais incisiva nos destinos da exploração da base de recursos minerais destinada à produção de hidrocarbonetos (petróleo e de gás natural) em seu território exige reflexões desprovidas de componentes românticos ou mesmo ideológicos. Ainda que o evento tenha atingido em cheio os “brios de soberania” dos brasileiros, ou mesmo o espírito hegemônico da nação mais industrializada da América Latina, e especificamente os investimentos, os negócios e os interesses de uma das estatais mais bem-sucedidas no mundo, se for considerado o encaixe pleno no paradigma nacionalista implícito nos programas de substituição de importações.

Segundo o balanço da Petrobrás referente ao exercício de 2005, o lucro da organização superou o Produto Interno Bruto (PIB) de mais de 60 países. Já o valor adicionado (*proxy* do PIB ou da renda, incluindo lucros, juros, salários, aluguéis e depreciação) acusado pela empresa (R\$ 115,3 bilhões) praticamente igualou-se ao PIB da economia do Paraná no mesmo ano.

Convém lembrar que a subordinação exclusiva ao gás boliviano autorizava, de forma permanente, o delineamento de cenários de risco de ocorrência de colapso na oferta deste insumo. Tal perspectiva apenas ganhou contornos mais dramáticos com a exacerbação das incertezas, a partir da retórica e, principalmente, das atitudes do executivo da Bolívia, a nação mais pobre do Cone Sul, com mais de 70,0% da sua população vivendo em condições de miséria, e secularmente subserviente aos projetos estrangeiros por lá hospedados, operando como verdadeiros focos de transferência de recursos para fora das fronteiras geográficas do país, com maior notoriedade para a prata e o estanho.

Concretamente, o mandatário boliviano promoveu a decretação, em 1º de maio de 2006, da estatização das empresas de gás e de petróleo operantes naquele país, do aumento da taxa de 50,0% para 82,0% de seu faturamento e do prazo de 180 dias para sua adequação à nova condição de simples prestadoras de serviços ao Estado boliviano e a transferência de controle acionário para a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, estatal de petróleo da Bolívia que teve seus ativos privatizados no transcorrer da década de 1990.

Frise-se que a Bolívia registrou surtos de nacionalização em outros períodos de sua história, especificamente em 1937 (Standard Oil), 1952 (minas de estanho) e 1969 (Gulf), destituídos de capacidade de sustentação devido às limitações tecnológicas, financeiras e físicas, sobretudo

devido à falta de uma alternativa competitiva de ligação com o exterior, depois da perda para o Chile, ainda no século 19, dos complexos portuários de Antofagasta, Mejillones, Cobija e Tocopilla.

A incursão nacionalista atual não representa qualquer novidade. As estratégias de proteção às reservas de mercado corporativas vêm sendo intensificadas na União Européia e nos Estados Unidos desde os atentados terroristas de setembro de 2001. A diferença para o caso Morales reside no fato de este último carregar o pragmatismo sul-americano recheado pela surpreendente e equivocada posição benevolente do governo e da diplomacia brasileiros, absolutamente desconectada dos cálculos microeconômicos da Petrobrás.

Mais que isso, o discurso passivo e/ou pacificador do Brasil ensejou a pronta manifestação do desejo de integração energética do continente sul-americano, capitaneada pelo eixo nacional-populista sediado na Venezuela de Hugo Chávez, que seria materializada com a implantação de um faraônico gasoduto de sete mil quilômetros, ligando Venezuela, Brasil, Uruguai e Argentina e, em seguida, Chile e Bolívia. A estatal venezuelana PDVSA anunciou intenção de investimentos de US\$ 1,5 bilhão na Bolívia, sendo US\$ 800,0 milhões em exploração e US\$ 700,0 milhões em produção de hidrocarbonetos.

O episódio boliviano demonstrou o caráter frágil da opção brasileira de ampliação da presença de insumos importados em sua matriz energética

Na verdade, o episódio boliviano contribuiu para denotar o caráter frágil da opção brasileira de ampliação da presença de insumos importados em sua matriz energética e desnudar as flagrantes disparidades na condução e evolução das políticas setoriais das últimas três décadas.

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

Os programas energéticos levados a cabo pelo País vêm sendo caracterizados pelo descaso na busca de otimização de uma solução competitiva *vis-à-vis* as outras nações, com ênfase para a recuperação do peso da hidroeletricidade e a acentuação da prospecção das reservas próprias de gás na matriz de produção, em paralelo à priorização do avanço da extração de petróleo em águas profundas, levando à conquista da auto-suficiência em 2006, e da produção de álcool proveniente de cana-de-açúcar.

O gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) foi concebido em 1938 e referendado pelos acordos de Roboré em 1958, ignorados pelos governos militares brasileiros e resgatados nas gestões dos presidentes Collor e Itamar Franco, este último diretamente influenciado pelo chanceler Fernando Henrique Cardoso. O acordo e o contrato de fornecimento de gás foram assinados em 17 de fevereiro de 1992 e em 17 de agosto de 1993, respectivamente.

Sua construção e funcionamento comercial foram iniciados em 1997 e 1999, respectivamente, com três mil quilômetros cortando o pantanal, e colaborando para o surgimento do combustível gasoso dentre os itens energéticos do País, representando cerca de 6,0% do consumo de energia total em 2005 e podendo chegar a 12,0%, segundo projeções anteriores à decisão de Evo Morales. A participação da oferta boliviana no consumo de gás é de 75,0% no caso do Estado de São Paulo e de 100,0% para os Estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Essa flagrante ampliação do espaço do gás natural vem ocorrendo a despeito dos reduzidos graus de previsibilidade decorrentes da ausência de regras transparentes e estáveis para a fixação dos preços de venda do produto pela Petrobrás às distribuidoras, arbitradas pela estatal, o que, por certo, atrapalha as escolhas estratégicas do setor privado, inclusive da fração que pode abandonar a Bolívia para escapar dos incômodos associados à radicalização do intervencionismo.

Atualmente, o Brasil possui reservas comprovadas de 330 milhões de metros cúbicos, contra 620 milhões da Bolívia, e a exploração da descoberta no Campo de Mexilhão, na bacia de Santos, pode culminar na produção de 15 milhões de metros cúbicos/dia a partir de 2008, se for levado adiante um projeto da Petrobrás de US\$ 18,0 bilhões.

Em curto prazo, resta à diplomacia brasileira a busca de reparação por violação de direitos, mediante o uso de expedientes políticos junto a tribunais de arbitragem internacionais, pois a execução de contra-ataques mais ousados poderia derrubar, em definitivo, os frágeis alicerces de um projeto de aliança sul-americana, afetados por diferentes tipos de fatores, como, por exemplo, a indiferença brasileira diante das negociações para a reestruturação da dívida argentina.

À Petrobrás caberia a concentração de esforços na resolução da equação composta por ressarcimento das perdas patrimoniais, níveis de preço e de suprimento do insumo procedente da Bolívia. Igualmente relevante seria a confirmação da alocação dos recursos entre US\$ 100,0 e US\$ 300,0 milhões para aumento da produção de gás natural em 24,2 milhões de metros cúbicos por dia, em 2008 (o que representa 80,0% do volume importado atualmente da Bolívia), proveniente dos campos descobertos de Mexilhão (Santos), já mencionado, e do Espírito Santo (ES), sendo que o primeiro abasteceria a região Nordeste e, o segundo, o Sudeste do País.

A companhia ainda tenciona incrementar a produção de gás e óleo leve originária de duas descobertas recentes (ES e Campos), consolidar o campo de Lagosta, instalar duas novas plataformas no Espírito Santo, intensificar o término do gasoduto Cabiúnas (RJ) – Cacimbas (ES) – Vitória (ES) com a respectiva expansão da capacidade de processamento. Há que considerar também os projetos de plantas de regaseificação do gás natural liquefeito (GNL), passível de importação de diferentes países (Nigéria, Argélia, Angola, Catar e Trinidad e Tobago), por navio, em volume estimado entre 5,0 e 8,0 milhões de metros cúbicos por dia, até alcançar os 15,0 milhões adicionais previstos com o Gasbol.

No final das contas, mesmo representando quase 1/5 e 1/3 do PIB e da arrecadação boliviana, respectivamente, tendo adquirido duas refinarias (Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba), em 1999, controlado quase a metade dos campos de extração e investido cerca de US\$ 2,0 bilhões em dez anos naquele país, o proveito econômico de lá extraído resulta em cifras residuais para a rentabilidade da estatal brasileira. De outra ponta, a Bolívia encontra-se desprovida de alternativas de escoamento para o gás ou de recursos tecnológicos e financeiros para a realização de investimentos em liquefação e posterior oferta nos mercados externos.

Paraná - Destaques Econômicos*

Guilherme Amorim**

Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro***

AGROPECUÁRIA

Agricultores paranaenses recebem incentivos

Segundo a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), o governo federal liberou R\$ 10 bilhões para a agricultura familiar; destes, R\$ 1,2 bilhão será destinado aos paranaenses através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esses recursos serão utilizados para custeio e investimento.

Também foi criada uma nova linha de crédito, denominada Pronaf Comercialização: com taxa de juros de 4,5% ao ano, é limitada a R\$ 5 mil para tomadores individuais e R\$ 2 milhões para cooperativas e agroindústrias. Também houve aumento nos tetos dos empréstimos das linhas B, C e D do Pronaf. Essa nova linha, voltada ao comércio, foi prevista para o próximo plano Safra.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) recebeu R\$ 50 milhões adicionais, sendo R\$ 5 milhões destinados à Emater.

BERTOLDI, Andréa. Governo libera R\$ 1,2 bi para agricultura do PR. **Folha de Londrina**, 20 maio 2006. *Economia*, p. 3.

Paraná isenta ICMS do frango

No início do mês de maio, o governo do Paraná isentou de ICMS a carne de frango produzida no Estado com destino ao consumo brasileiro.

O frango paranaense pagava alíquota de 7% na saída para o mercado paulista. Em 2005 o setor produziu 2,2 milhões de toneladas de carne. A isenção deve tornar o preço do produto mais competitivo, beneficiando os produtores do setor.

Segundo dados da União Brasileira de Avicultura (UBA), o Estado teve 22,72% de participação no abate de frangos com serviço de inspeção federal.

FRANGO sem ICMS para outros estados. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 03 jun. 2006. p. 26.

PARANÁ zera ICMS do frango para outros estados. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 jun. 2006. *Economia*, p. 1.

Estiagem causa prejuízos para cooperativas

De acordo com o levantamento do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), a estiagem é responsável por perdas das cooperativas da ordem de R\$ 100 milhões na produção de trigo e do milho safrinha.

O trigo registrou redução na área plantada em função, também, do baixo preço do grão. Segundo dados do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Deral/Seab), a quebra para a cultura chega a 6%. As regiões mais afetadas são o Norte, o Noroeste e o Oeste do Estado. O levantamento do Deral para o milho safrinha aponta para quebra de 5%. Em algumas regiões não ocorrem chuvas desde o início do mês de abril.

Os prejuízos para o milho são irreversíveis. No caso do trigo, cujo plantio é mais recente, as chuvas podem fazer com que brote parte das sementes.

BERTOLDI, Andréa. Estiagem já causa R\$ 100 milhões de prejuízos. **Folha de Londrina**, 21 jun. 2006. *Economia*, p. 4.

AGROINDÚSTRIA

Usina sucroalcooleira de Tapejara vende energia excedente

A maior usina sucroalcooleira do Paraná, pertencente ao grupo Santa Terezinha, é a primeira do Estado a vender energia excedente, proveniente da queima do bagaço da cana.

A central, localizada no município de Tapejara, possui capacidade para produzir 50,5 megawatts/hora durante os 10 meses da safra, utilizando apenas 40% deste volume. São disponibilizados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 28,8 megawatts/hora, energia capaz de abastecer uma cidade de 40 mil habitantes.

A planta exigiu investimentos de R\$ 165 milhões, financiados pelo BNDES, com prazo de pagamento – que pode ser realizado com fornecimento de energia – de 12 anos. Segundo a direção da empresa a venda da energia excedente gera receitas mensais da ordem de R\$ 2,37 milhões.

DENARDIN, Valmir. Usina de cana vende eletricidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 jun. 2006. p. 20.

*Elaborado com informações disponíveis entre 1.º/05/2006 a 30/06/2006.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Cocamar prevê queda na receita

Com forte atuação em grãos, café, algodão e laranja, a Cocamar, cooperativa de Maringá, abandonou o mercado de fiação de seda e venderá sua destilaria. Além de sair destas áreas de atuação, a cooperativa se prepara para o segundo ano consecutivo de queda em suas receitas.

O ramo de fiação de seda representava menos de 1% do faturamento da Cocamar e era mantido por razões sociais. As máquinas serão vendidas e o grupo repassou o processamento de casulos para a Bratac, maior empresa do segmento no País, que tem unidade em Londrina.

A destilaria, apesar de rentável, precisa de investimentos em infra-estrutura para se tornar competitiva. Sua venda está sendo negociada com o grupo Santa Terezinha.

A Cocamar tem 6,8 mil cooperados e desde 2000 mantém investimentos superiores a R\$ 20 milhões anuais. A previsão para 2006 era de R\$ 25 milhões, mas devido à crise na agricultura a cooperativa irá reconsiderar seus investimentos. O grupo demitiu 200 funcionários e reduziu sua participação no recebimento de algodão.

LIMA, Marii. Cocamar vê receita recuar e “congela” investimentos. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 jun. 2006. Empresas, p. B13.

INDÚSTRIA

Perdigão assume controle acionário da Batávia

A Perdigão, após dois anos de negociações, conseguiu efetivar a compra de 51% das ações da Batávia, antes pertencentes à Parmalat por R\$ 101 milhões.

A proposta foi bem vista pelos outros sócios da Batávia, a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda (CCLPL) e a Cooperativa Agromilk. A catarinense Perdigão adquiriu, em 2000, o controle do setor de carnes da Batávia, com sede em Carambeí (PR). Com a compra das ações, a Perdigão terá a participação de 13% nas vendas nacionais do setor de lácteos, além de aumentar seu portfólio de produtos.

O negócio necessita ser homologado pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, onde tramita o processo da dívida da Parmalat.

BIAGINI, Eduardo. Perdigão assume o controle da Batávia e planeja comprar o restante das ações. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 maio 2006. p. 18.

PEDRIALI, José Antônio. Perdigão faz nova oferta para controlar a Batávia. **O Estado de S. Paulo**, 10 maio 2006. Economia, p. B14.

PERDIGÃO faz proposta de aquisição da Batávia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 maio 2006. p. 19.

Novo Nordisk inaugura nova planta em Araucária

A empresa de capital dinamarquês Novo Nordisk, líder mundial no tratamento do diabetes, inaugurou sua nova instalação em Araucária. Foram investidos aproximadamente R\$ 2,8 milhões na nova planta, que tem mil metros quadrados e será responsável pela distribuição dos produtos para todo o País. A logística será realizada em parceria com a Unidock's Assessoria e Logística de Materiais.

NOVA planta. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 06 maio 2006. p. 28.

Imcopa diversifica o uso da soja

A Imcopa, esmagadora de soja localizada em Araucária, está investindo na diversificação de seus produtos para atingir nichos de mercado. A empresa – que esmaga apenas soja não-transgênica – pretende investir cerca de US\$ 31 milhões na produção de um farelo de soja especial, álcool de soja e biodiesel.

O desenvolvimento do farelo, com alto teor de proteína e sem açúcar, consumirá US\$ 20 milhões. A capacidade produtiva – atualmente de 150 mil toneladas por ano – deverá duplicar até o início de 2007. No que tange ao álcool, os investimentos de US\$ 5 milhões proporcionarão um aumento na produção de 10 mil para 70 mil litros por dia. Ainda em relação a fontes de energia, a companhia deverá utilizar US\$ 6 milhões para processar cerca de 100 mil toneladas de biodiesel anualmente. A Imcopa produz ainda farelos específicos para a produção de rações e é líder mundial no mercado de lecitina de soja não-transgênica, utilizada para enriquecer alimento.

A empresa obteve em 2005 um faturamento de US\$ 650 milhões, esmagando 2,4 milhões de toneladas de soja. A previsão para este ano é de receitas da ordem de US\$ 750 milhões.

ORGIS, Guido. Imcopa faz *commodity* de grife. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 maio 2006. p. 5.

ORGIS, Guido. Álcool feito à base de soja é a principal aposta da companhia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 maio 2006. p. 6.

CNH utiliza férias coletivas para ajustar custos

Objetivando a redução da produção sem corte de pessoal, a CNH, detentora das marcas Case e New Holland, dará férias coletivas para seus funcionários da unidade de colheitadeiras, localizada em Curitiba.

A CNH já é a terceira empresa do setor a oferecer férias coletivas, depois da AGCO e da John Deere. As férias coletivas fazem parte das medidas que as empresas estão tomando para ajustar custos. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), em abril deste ano foram extintos 319 postos de trabalho nesse segmento industrial, em consequência da crise no setor de grãos.

De janeiro a abril de 2006 a produção de colheitadeiras caiu 13,3%, e, as vendas, 42,3% em relação ao mesmo período de 2005. Com isso, as empresas irão esperar a divulgação do novo Plano de Safra do governo para reformular suas projeções de vendas neste ano.

INDÚSTRIAS de colheitadeiras reduzem atividade. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 maio 2006. Empresas, p. B11.

Todeschini e Imcopa selam parceria

A Todeschini e a Imcopa fecharam parceria a fim de restabelecer a produção da primeira, que passa por crise financeira. Em fevereiro, a produção de massas e biscoitos havia cessado na fábrica, localizada em Curitiba. A Imcopa, maior produtora de óleos vegetais do País – também com origem paranaense e administração familiar –, passou a fornecer matéria-prima para a Todeschini e comercializar seus produtos.

O novo contrato recoloca doze produtos da Todeschini no mercado. Foram recontratados trinta funcionários e quarenta novas vagas foram criadas.

Investimentos em marketing e publicidade ficam para o próximo ano. O grupo pretende, até o fim de 2006, recolocar trinta itens no mercado e recuperar a participação no mercado que detinha em 2000: 27% do mercado de massas e 22% do mercado de biscoitos do sul do País.

LONDRES, Mariana. Todeschini faz parceria para superar crise financeira. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 maio 2006. p. 16.

Volvo fecha contratos para venda de ônibus

A Volvo irá fabricar 182 ônibus na sua unidade em Curitiba, que circularão em capital paranaense e em Bogotá, na Colômbia.

Para Curitiba serão 24 ônibus articulados e 40 biarticulados, com capacidade para 170 e 270 passageiros, respectivamente, que devem substituir a frota do transporte coletivo com mais de 11 anos de uso. Para o sistema de transportes de Bogotá serão enviados 118 ônibus articulados até outubro.

A unidade brasileira exportou, no ano passado, 1.159 ônibus para o Chile e, em fevereiro deste ano, 220 ônibus para a Venezuela.

O valor dos contratos não foi divulgado pela empresa.

LIMA, Marli. Volvo fornecerá 118 ônibus articulados para Colômbia. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 maio 2006. Empresas, p. B6.

Combustível ecologicamente correto reduz custo do Diesel

A Petrobrás está implantando o projeto de um combustível ecologicamente correto, o “Hbio”. A iniciativa consiste em produzir diesel com o acréscimo de 20% de óleo de soja durante o refino.

De acordo com a Embrapa, o Hbio (de patente da Petrobrás) começará a ser produzido até o fim do ano. O produto, além de agregar valor para os produtores, reduzirá os custos de produção de óleo diesel em cerca de 30%. A Petrobrás já preparou duas refinarias de petróleo para processar o óleo mineral junto com o óleo vegetal.

Esse novo óleo é um avanço em relação ao atual programa de biocombustível da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Além de ter performance próxima à do diesel mineral, poderá ser utilizado para captação de créditos de carbono, por ser um combustível parcialmente renovável. Com o objetivo de reforçar as pesquisas nas diversas variedades de oleaginosas do Brasil, a Embrapa criou uma nova unidade, a Embrapa Agroenergia. A unidade, sediada em Brasília, começará a operar em 2007.

MAZZINI, Fernanda. Soja no refino do petróleo reduz custo do óleo em 30%. **Folha de Londrina**, 07 jun. 2006. Economia, p. 3.

Tyson Foods e Globoaves negociam *joint venture*

A multinacional Tyson Foods e a Globoaves, de Cascavel, estão negociando uma *joint venture* desde março. Com investimentos entre US\$ 15 milhões e US\$ 30 milhões, a sociedade planeja a construção de uma nova unidade para a produção de frango, além de duplicar a capacidade do abatedouro. A parceria envolve também a fábrica de ração da Globoaves, maior produtora independente de pintos de corte do País, localizada em Toledo.

A nova empresa terá a Tyson, maior processadora de carnes do mundo, como acionista majoritária. A associação permite que a companhia passe a disputar o mercado europeu, do qual se manteve distante pela inexistência de acordo sanitário entre EUA e União Européia. O custo de produção no Brasil é menor que nos EUA graças à grande oferta de grãos para ração, incentivando o investimento.

A negociação entre as companhias é facilitada pela parceria já existente no segmento genético, onde a Globoaves comercializa exclusivamente o material genético de aves produzido pela Cobb-Vantress – subsidiária da Tyson Foods.

Para a empresa brasileira, que fatura cerca de R\$ 400 milhões e produz ovos férteis para incubação, pintos de corte e frangos, a *joint venture* representará uma diversificação nos negócios voltados para a exportação. No ano passado, a Tyson faturou US\$ 26 bilhões.

MARTINEZ, Chris; ROCHA, Alda do Amaral. Tyson e Globoaves negociam *joint venture*. **Valor Econômico**, São Paulo, 07 jun. 2006. Empresas, p. B12.

Nova unidade da Perdigão em Castro

A Perdigão inaugurou um novo incubatório em Castro, região dos Campos Gerais do Paraná. A unidade custou R\$ 18 milhões para ser erguida e faz parte de um projeto maior de investimentos (R\$ 38 milhões).

O incubatório terá 70 funcionários e envolverá parceiros da empresa que irão construir, financiados pela Perdigão, 18 núcleos de produção de ovos. Os municípios de Castro e região esperam receber investimentos de R\$ 63 milhões, com o incubatório e as novas parcerias da empresa.

A estrutura começará com capacidade de produção de 1 milhão de ovos por semana, podendo ser duplicada em 2007, e atenderá à unidade da Perdigão em Carambéi.

PERDIGÃO abre unidade em Castro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 jun. 2006. p. 22.

SCORTECCI, Catarina. Perdigão investe R\$ 38 milhões em novo incubatório. **Folha de Londrina**, 14 jun. 2006. Economia, p. 4.

Spaipa investe em unidade de Maringá

Com investimento de aproximadamente R\$ 30 milhões, a Spaipa, fabricante e distribuidora de Coca-Cola, expandiu a unidade de Maringá, que abastece o Paraná e Interior de São Paulo. Ela teve suas instalações ampliadas para 21,5 mil metros quadrados, com aumento de 74% da capacidade, produzindo um volume de 400 milhões de litros de bebida por ano.

Foram criadas 40 vagas de trabalho diretas e 30 indiretas. As novas instalações incluem uma nova linha de envase de embalagens PET, novo sistema de refrigeração indireto de bebidas, sistema automático de fabricação de xarope, reservatório elevado para 1 milhão de litros de água, novo sistema de tratamento de água e sistema de controle automático para fabricação da bebida.

SPAIPA amplia fábrica de Maringá. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 21 jun. 2006. p. 28.

SPAIPA amplia fábrica em Maringá. **Folha de Londrina**, 22 jun. 2006. Economia, p. 3.

COMÉRCIO

Pão de Açúcar fecha lojas em Curitiba

A Companhia Brasileira de Distribuição, detentora das lojas Pão de Açúcar, fechou, no início do mês de maio, quatro lojas da bandeira em Curitiba, antes pertencentes ao grupo Parati. Três outras lojas haviam sido fechadas em novembro do ano passado, uma delas em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba).

O Grupo Pão de Açúcar mantém seis estabelecimentos na capital, dois deles com a marca Extra e apenas um restante da rede Parati. Segundo o grupo, quando adquiriu as onze lojas Parati, em 2000, a capital paranaense era um dos mercados mais importantes do País e com consumidores de elevado poder de compra. Hoje é um dos mais competitivos, havendo no município cerca de vinte e quatro supermercados para uma população de 2,7 milhões de habitantes. As lojas já não eram rentáveis e os imóveis foram devolvidos aos donos.

LIMA, Marii. Pão de Açúcar fecha lojas não-rentáveis no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 maio 2006. Empresas, p. B4.

Marcas locais ressurgem no Estado

Empresários paranaenses estão adotando estratégias para evitar que marcas locais sumam do mercado e para “ressuscitar” marcas extintas.

A Imcopa, produtora de óleos vegetais, decidiu ampliar sua participação no setor alimentício fechando parceria com a Todeschini, a fim de evitar que mais uma marca tradicional do Paraná saia das prateleiras. O novo dono da Drogamed anunciou que a extinta marca Minerva irá voltar ao mercado, com cinco lojas voltando a utilizar a tradicional bandeira. Essa mudança, com o tempo, atingirá as filiais da rede no interior do Estado.

Nos antiquários, a procura pelas marcas locais extintas também é grande, mostrando que alguns consumidores têm grande apego emocional às antigas marcas paranaenses.

MARCAS extintas começam a ser “ressuscitadas”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 maio 2006. Economia, p. 16.

Curitiba ganhará maior *shopping center* da Região Sul

O Grupo Tacla Shopping está investindo R\$ 280 milhões em seu novo empreendimento, o Palladium, que ficará pronto em abril de 2008 e deverá ser o maior *shopping* da Região Sul.

O Palladium, em fase de construção, terá 170 mil metros quadrados de área total e 60 mil de área bruta locável, comportando

356 lojas. Voltado ao setor de serviços, o novo *shopping* terá como forte atrativo sua localização. Estará instalado no centro geográfico da capital paranaense e, por causa do grande fluxo de veículos do trecho, será construída uma “trincheira” para facilitar o acesso ao local.

O valor investido no empreendimento advém de recursos do BNDES e de bancos privados. O grupo espera retorno de capital em sete anos, e a expectativa é de R\$ 480 milhões em faturamento anual quando toda a parte comercial estiver operando.

CESAR, Marília de Camargo. Grupo Tacla investe R\$ 280 milhões para construir maior *shopping* do Sul. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 maio 2006. Valor Especial Curitiba, p. F6.

COMÉRCIO EXTERIOR

Pólo madeireiro sofre com a valorização do real

Desde o início do ano passado, quando a moeda brasileira iniciou seu processo de valorização em relação ao dólar, o “*cluster da árvore*” em Telêmaco Borba enfrenta período de crise. Esse arranjo econômico em volta da madeira envolve 56 empresas, além da Klabin – maior fábrica de papel da América Latina e responsável por 85% da arrecadação municipal, empregando aproximadamente 8 mil pessoas.

A alta dos custos dos insumos e a queda de rentabilidade com as exportações já forçaram o fechamento de duas empresas. A filial da madeireira Wosgrau, com matriz em Ponta Grossa, demitiu 100 funcionários. As empresas que ainda resistem utilizam uma política de redução de custos, com ganhos de eficiência e cortes de pessoal.

Um exemplo disso é a Ecofor, pertencente a um grupo catarinense, que fabrica painéis e vigas coladas de eucalipto para exportação. A firma aumentou sua produtividade em 26%, porém a perda de receita foi maior, atingindo 32%. Como sua produção não tem boa aceitação no mercado brasileiro e a totalidade da produção vai para os Estados Unidos, União Européia e Ásia, optou por abandonar produtos menos rentáveis, enxugar os custos de produção e melhorar a eficiência do processo fabril. A Ecofor, que faturou R\$ 13 milhões no ano passado, já demitiu 90 funcionários e cortou a produção em 22%. Outro exemplo é a 5M Indústria e Comércio, que perdeu um terço de sua produção mensal de cabos de vassoura destinados à exportação.

O setor de base florestal trabalha com toras de pinus e eucalipto – 80% deles são fornecidos pela Klabin, desprezados pelo consumidor interno e destinados basicamente à exportação. A companhia compra a totalidade dos resíduos gerados pelas empresas. A crise no setor só não se agravou porque ela garante o fornecimento de matérias-primas com preços estáveis, adotando o preço internacional da madeira.

O grupo, de capital brasileiro, possui, nos onze municípios da região centro-leste do Estado, cerca de 230 mil hectares próprios e 40,5 mil hectares plantados pelo sistema de fomento. A partir deste ano será investido R\$ 1,5 bilhão na ampliação da fábrica, aumentando sua capacidade para 1,5 milhão de toneladas anuais.

DENARDIN, Valmir. Real forte golpeia o vigoroso desempenho do pólo da árvore. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 maio 2006. Economia, p. 1.

DENARDIN, Valmir. Ciclo fechado ameniza perdas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 maio 2006. Economia, p. 2.

DENARDIN, Valmir. Vocação surgiu antes mesmo da cidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 maio 2006. Economia, p. 2.

Rodada Internacional de Negócios movimentou setor moveleiro em Arapongas

Realizada em Arapongas, a Rodada Internacional de Negócios deve movimentar cerca de US\$ 10,8 milhões nos próximos 12 meses. Participaram do evento 30 fabricantes de móveis na região e 16 compradores de 14 países. Das empresas participantes, cerca de 73% têm perspectivas de fechamento de negócio.

Um dos objetivos da Rodada é incentivar a cultura exportadora, colocando os moveleiros do Arranjo Produtivo Local (APL) – organização de empresas de Arapongas e região – em contato com o mercado internacional. Além disso, as empresas podem realizar pesquisas de mercado a baixos custos.

Esta é a quinta edição do evento, que integra o Projeto Comprador, realizado pela Agência de Promoção de Exportações (Apex), Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel) e Sindicato das Indústrias Moveleiras de Arapongas (Sima), em conjunto com o Sebrae Paraná.

RODADA do setor moveleiro deve gerar US\$ 10 mi. **Folha de Londrina**, 12 maio 2006. Economia, p. 3.

Opção belga para exportadores do Paraná

Em maio, uma comitiva de representantes da Arcelor, segunda maior siderúrgica do mundo, e da prefeitura de Liège (Bélgica) esteve em Curitiba para apresentar o Projeto Plataforma Liège, orçado em 20 milhões de euros.

A província pretende estabelecer uma ponte direta Brasil-Europa, servindo de entrada para exportações brasileiras. A proposta consiste em fornecer incentivos fiscais e comerciais na compra de equipamentos necessários à comercialização e contratação de mão-de-obra especializada.

O grupo belga é representado no Brasil pela empresa Viaex, de Curitiba, e também visitaria São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

BELGAS querem atrair empresas do Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 maio 2006. p. 27.

Bematech busca ampliar vendas no mercado externo

A Bematech, empresa curitibana de automação comercial formada na incubadora do Instituto Tecnológico do Paraná (Tecpar), pretende aumentar a participação das vendas para o exterior de 3% para 15% do seu faturamento. A empresa quer fortalecer os negócios na América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia.

O objetivo é tornar-se líder na América Latina até 2010. Nos Estados Unidos o faturamento de janeiro até abril deste ano foi de US\$ 200 mil, o que representa o dobro da receita obtida em todo o ano de 2005 no País. Na Europa, as vendas devem atingir US\$ 400 mil com a assinatura de novos contratos e, até outubro, deverá inaugurar um escritório na Alemanha. Na Ásia as novas operações incluem vendas para o Japão, China, Coreia e Malásia, além do aumento da produção em Taiwan, de onde a companhia terceiriza a fabricação de alguns componentes.

No Brasil a Bematech é líder em automação comercial. Em 2005 seu faturamento foi de R\$ 140 milhões. Neste ano, a meta é atingir uma receita de R\$ 170 milhões.

ORGIS, Guido. A jornada multinacional da Bematech. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 maio 2006. p. 20.

Chineses e paranaenses buscam maior ligação comercial

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) promoveu em maio um encontro entre chineses e paranaenses através do Centro Internacional de Negócios (CIN). A delegação chinesa, da província de Zhejiang, é composta por representantes do Departamento de Proteção Ambiental, do Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional (CCPIT) e por vinte empresários. Está interessada em iniciar negociações envolvendo investimentos e parcerias nas áreas de bioenergia, agricultura, maquinários, indústria química, manufatura de equipamentos avançados, infra-estrutura e finanças. A comitiva chinesa visitaria também Argentina e Chile.

No mesmo período realizou-se em Taipé o seminário “Paraná – um estado de oportunidades no BR”, conduzido por um representante do CIN e um consultor especializado no mundo asiático. Esperava-se a participação de quase trinta companhias, que conheceriam material tecnológico dos municípios de Londrina, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais e Maringá. O seminário foi organizado pela Latin American Business Council (LABC) e pelo escritório comercial do Brasil.

A China é o quarto mercado mundial para exportações paranaenses. No ano passado elas totalizaram US\$ 608,2 milhões *free on board* (FOB) e foi importado o equivalente a US\$ 180 milhões (FOB). A soja em grão respondeu por 64,9% do volume exportado em 2005.

BERTOLDI, Andréa. Empresários chineses têm interesses no PR. **Folha de Londrina**, 23 maio 2006. Economia, p. 1.

Curtumes paranaenses crescem vendendo para o exterior

O curtume Apucacouros, localizado em Apucarana, e o NSG Couros, da capital, têm investido em qualidade e estão conquistando o mercado externo.

O Apucacouros, maior curtume do Paraná, reformou seu parque industrial. Foram adquiridos equipamentos importados e a empresa passou a ter laboratórios para testes físicos e químicos. O número de funcionários cresceu de 350, no final de 2001, para 444, no final do ano passado. São previstos investimentos da ordem de R\$ 2,3 milhões para os próximos dois anos, assegurando a qualidade exigida pelo mercado externo, que nos últimos três anos foi responsável por 59% do faturamento do curtume, com destaque para a demanda da indústria automobilística asiática.

A NSG couros, por sua vez, produz um couro com acabamento diferenciado e com pintura à mão, destinado à indústria da moda, com valor cinco vezes superior ao couro preto liso. O destino da maior parte dos produtos é a Europa, notadamente a França. A empresa, que há três anos possuía sete funcionários, emprega atualmente 40 funcionários. E esse número

aumentará após a construção da nova planta, em Conchal (SP), com doze mil metros quadrados. A planta da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) ocupa uma área de mil metros quadrados.

LAUFER, Felipe. Curtumes do Paraná investem em qualidade e certificação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 maio 2006. p. 5.

Cooperativas paranaenses reduzem exportações

A Frimesa e a Confepar, cooperativas de Medianeira e Londrina, respectivamente, reduziram sua produção e frearam suas exportações devido à instabilidade cambial.

A Frimesa, o maior laticínio do Paraná, investiu R\$ 5 milhões em 2003 na sua fábrica de queijos, visando ao mercado coreano. Porém, teve prejuízo de 22% nas exportações no início de 2006. A Confepar, que aplicou R\$ 18 milhões em sua estrutura de secagem de leite, exportou leite em pó até novembro de 2005 e parou para não ter prejuízo. A fábrica da Frimesa reduziu sua capacidade produtiva de 1,2 mil toneladas de queijo por mês para 400 toneladas. A Confepar pretendia exportar 30% do total produzido em 2006, porém está produzindo 30% menos que no ano passado.

As receitas da Frimesa estão sendo equilibradas graças à fábrica de leite condensado, na qual a cooperativa investiu R\$ 20 milhões. Mesmo assim, o faturamento anual previsto baixou de R\$ 578 milhões para R\$ 550 milhões.

O Paraná é o terceiro produtor de leite do Brasil e, segundo o Conseleite, conselho de representantes de produtores e indústrias do setor, a Frimesa e a Confepar eram as únicas cooperativas que exportavam.

LIMA, Marli. Câmbio desestimula exportação de lácteos. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 jun. 2006. Empresas, p. B11.

INFRA-ESTRUTURA

Copel registra lucro e crescimento no consumo de energia elétrica

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) registrou no primeiro trimestre deste ano um lucro líquido de R\$ 170,7 milhões, 118% maior do que o verificado no mesmo período de 2005. Este resultado oferece, segundo o presidente da Copel, perspectivas que incentivam a continuidade dos investimentos programados para 2006. A companhia investiu R\$ 118,1 milhões no primeiro trimestre, do total de R\$ 553,1 milhões previstos para o ano. Nesse período, a receita operacional cresceu 14%.

Entre janeiro e março de 2006 o consumo de energia elétrica aumentou 1,7%, comparado com o mesmo período do ano passado. Os setores comercial, rural e residencial foram os que apresentaram crescimento expressivo no consumo de energia. De acordo com a Copel, a demanda industrial recuou 4,9%, como consequência das dificuldades à exportação provocadas pela desvalorização do dólar.

COPEL registrou lucro 118% maior no trimestre. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 maio 2006. p. 26.

Inaugurada usina no rio Jordão

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) inaugurou a Usina Hidrelétrica de Fundão, construída no Rio Jordão, entre os municípios de Pinhão e Foz do Jordão, região central do Estado. Com capacidade de geração de 120 MW, a usina integrará, junto com a Usina Santa Clara, o Complexo Energético do Rio Jordão. A concessão para construção e exploração pertence à Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão –, companhia controlada pela Copel.

A primeira turbina, que tem potência de 60 MW, já está operando, e em alguns dias a segunda turbina será instalada. O projeto também inclui a incorporação de uma pequena central hidrelétrica (PCH) com capacidade de gerar 3,6 MW. A inauguração da Usina de Fundão ocorreu 30 dias antes do prazo estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Foram investidos R\$ 500 milhões no complexo, que irá gerar um total de 245,9 MW, o suficiente para atender 600 mil pessoas.

BERTOLDI, Andréa. Usina de Fundão é inaugurada hoje. **Folha de Londrina**, 28 jun. 2006. Economia, p. 1.

ORGIS, Guido. Nova usina no Rio Jordão será inaugurada amanhã. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jun. 2006. p. 18.

USINA Fundão vai funcionar em junho. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 20 maio 2006. p. 27.

Copel assume UEG e a transformará em tricombustível

A Copel assumiu o controle majoritário da UEG, termelétrica localizada em Araucária, cujas obras foram concluídas em 2002. A usina deve gerar energia a partir de 2008. A companhia paranaense pagou R\$ 431 milhões para a empresa norte-americana El Paso por suas ações e detém agora 80% do capital do empreendimento. Os outros 20% pertencem à Petrobrás.

Os investimentos necessários para que a usina possa operar com gás natural, diesel e o HBio foram estimados em R\$ 51 milhões. A UEG operará com três turbinas, duas a gás e uma delas funcionando com o vapor produzido pelo movimento das outras. Essas turbinas terão capacidade para a geração de 484 megawatts, suficientes para abastecer 1,5 milhão de pessoas.

CARNIERI, Helena. UEG vai usar biodiesel, anuncia Dilma. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 maio 2006. p. 23.

LONDRES, Mariana. Copel vai investir R\$ 50 milhões na usina a gás de Araucária. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 jun. 2006. p. 20.

ALL compra a Brasil Ferrovias

A América Latina Logística (ALL) comprou a malha da Brasil Ferrovias – incluindo a Novoeste Brasil – por R\$ 1,405 bilhão em ações. A transação resultará na maior empresa de logística independente da América Latina, com extensão de 20.495 quilômetros, conectando as Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, além de parte da Argentina.

Com a compra da Brasil Ferrovias, os atuais acionistas desta migrarão para a ALL. Esses acionistas não são obrigados a migrar, podendo exercer seu direito de recesso e, desta forma, receber em

dinheiro por suas ações. Os fundos de pensão Previ (do Banco do Brasil) e Funcef (da Caixa Econômica Federal), o banco JP Morgan e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que antes controlavam a maior parte das ações da Brasil Ferrovias e Novoeste, passaram a deter cerca de 23% do capital da ALL.

A ALL deverá investir cerca de R\$ 1 bilhão na melhoria da infra-estrutura de transportes da Brasil Ferrovias. Os investimentos abrangerão a recuperação de trilhos, manutenção e ampliação das rotas, bem como a reforma de 1.300 vagões e aquisição de outras 3.300 unidades e 35 locomotivas, ambas até 2010.

ADACHI, Vanessa. ALL compra a Brasil Ferrovias com ações. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 jun. 2006. Empresas, p. B5.

LIMA, Kelly. ALL compra Brasil Ferrovias por R\$ 1,4 bilhão em ações. **O Estado de S. Paulo**, 10 jun. 2006. Economia, p. B14.

LOGÍSTICA

Inaugurado centro de distribuição em Araucária

Com investimentos de R\$ 61 milhões, a empresa norte-americana Heines, incorporadora e administradora internacional de ativos imobiliários, inaugurou em Araucária um centro de logística e distribuição. O barracão de 40 mil metros quadrados já vem sendo usado desde abril deste ano.

A estrutura foi alugada para a DHL, que ali presta serviços para a Kraft Foods. A Heines pretende expandir sua estrutura e realizar outros investimentos no Estado.

GALÃO, Fábio. Empresa de doce investe R\$ 61 milhões no PR. **Folha de Londrina**, 22 jun. 2006. Economia, p. 3.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 368	526 347	19 232
2006 ⁽¹⁾	14 848	27 603	1 859	61 299	178 367	2 910	28 683	578 552	20 171

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006 ⁽¹⁾	101 120	129 314	1 279	436 937	34 882 120	79 833	41 380	139 253	3 365

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006 ⁽¹⁾	558 002	753 770	1 351	198 950	4 254 751	21 386	2 427 760	10 856 019	4 472

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006 ⁽¹⁾	447	1 221	2 732	3 932 772	9 373 520	2 383	841 891	1 790 026	2 126

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2006

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Mai	145 529	28 822	31 875
1998	854 517	236 358	193 435	Junho	151 796	27 435	32 579
1999	957 237	198 873	229 466	Julho	155 851	27 600	33 409
2000	1 041 412	181 113	235 315	Agosto	162 330	29 511	35 636
2001	1 121 828	197 985	263 451	Setembro	158 381	27 938	33 496
2002	1 235 681	219 350	333 951	Outubro	156 713	23 598	29 589
2003	1 344 398	219 774	359 139	Novembro	156 051	23 835	30 444
2004	1 557 747	276 806	340 568	Dezembro	158 021	26 836	30 761
2005	1 788 481	308 947	367 765	2006 ⁽¹⁾	468 577	69 733	86 607
Janeiro	138 408	18 246	27 016	Janeiro	159 589	21 644	30 330
Fevereiro	128 063	19 364	25 759	Fevereiro	146 023	22 502	28 110
Março	141 733	26 502	28 752	Março	162 965	25 587	28 167
Abril	135 603	29 261	28 540				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2006

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2000	1 692	6 251
1977	1 356	8 826	2001	2 046	8 307
1978	1 614	9 636	2002	2 448	9 752
1979	1 635	12 575	2003	3 112	10 449
1980	1 936	13 482	2004	3 147	10 619
1981	1 954	14 105	2005	811	6 444
1982	1 179	6 606	Janeiro	60	246
1983	1 079	3 345	Fevereiro	118	627
1984	1 748	7 921	Março	90	738
1985	2 167	9 728	Abril	34	749
1986	2 029	10 588	Mai	19	686
1987	2 121	9 479	Junho	25	910
1988	1 567	8 847	Julho	53	551
1989	1 386	6 189	Agosto	54	635
1990	885	4 111	Setembro	69	432
1991	584	2 677	Outubro	100	258
1992	593	2 893	Novembro	64	303
1993	1 038	4 475	Dezembro	125	310
1994	1 707	9 011	2006	305	2 995
1995	859	5 095	Janeiro	62	450
1996	897	4 180	Fevereiro	82	484
1997	1 296	6 062	Março	67	633
1998	1 380	6 025	Abril	48	579
1999	1 351	4 854	Mai	46	849

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2005

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005 ⁽¹⁾	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2004-2005

BLOCO/REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2004	2005		2004	2005	
Exportação	9 396 534 183	10 022 668 933	6,7	96 475 238 342	118 308 269 477	22,6
União Européia	2 676 718 284	3 118 402 012	16,5	24 160 225 116	26 493 366 323	9,7
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 857 533 540	-23,4	14 563 861 340	18 552 197 089	27,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 288 856 293	1 379 202 023	7,0	20 341 292 041	22 741 381 375	11,8
Aladi (exclusive Mercosul)	750 150 261	1 127 158 279	50,3	10 787 356 237	13 702 190 590	27,0
Mercosul	830 011 051	946 408 327	14,0	8 912 110 892	11 726 093 723	31,6
Oriente Médio	843 999 471	636 604 302	-24,6	3 687 154 896	4 286 140 965	16,2
África (exclusive Oriente Médio)	330 249 472	395 414 399	19,7	4 244 927 085	5 977 269 239	40,8
Outros	1 253 246 760	561 946 051	-55,2	9 778 310 735	14 829 630 173	51,7
Importação	4 026 142 975	4 524 855 667	12,4	62 834 697 626	73 551 417 513	17,1
União Européia	1 457 300 260	1 760 052 664	20,8	15 928 193 762	18 146 178 521	13,9
África (exclusive Oriente Médio)	407 563 194	625 640 216	53,5	6 185 643 245	6 667 114 032	7,8
Mercosul	442 776 269	561 367 640	26,8	6 390 320 455	7 051 573 336	10,3
Ásia (exclusive Oriente Médio)	457 774 637	546 716 803	19,4	12 279 524 602	16 870 178 233	37,4
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	537 948 796	470 320 329	-12,6	11 530 275 293	12 850 808 012	11,5
Aladi (exclusive Mercosul)	168 514 042	191 671 436	13,7	3 636 232 422	4 515 619 949	24,2
Oriente Médio	119 988 147	89 105 877	-25,7	2 311 924 488	2 509 570 207	8,5
Outros	434 277 630	279 980 702	-35,5	4 572 583 359	4 940 375 223	8,0

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-MAIO 2006		JAN MAIO 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	803 567 146	22,46	873 820 153	23,02	-8,04
Motores para veículos	269 938 415	7,55	226 131 250	5,96	19,37
Automóveis	246 764 923	6,90	415 384 223	10,94	-40,59
Autopeças	82 784 715	2,31	47 000 691	1,24	76,14
Tratores	79 387 779	2,22	72 869 942	1,92	8,94
Ônibus	53 119 063	1,48	24 469 415	0,64	117,08
Veículos de carga	46 562 469	1,30	68 769 375	1,81	-32,29
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	20 047 843	0,56	16 752 088	0,44	19,67
Helicópteros	1 868 874	0,05	904 339	0,02	106,66
Reboques para transporte de mercadorias	458 771	0,01	182 163	0,00	151,85
Pneumáticos e câmaras de ar	230 019	0,01	110 473	0,00	108,21
Trens e materiais para vias férreas	44 652	0,00	19 716	0,00	126,48
Partes e peças de aviões e helicópteros	16 135	0,00	-	-	-
Motocicletas	7 320	0,00	-	-	-
Motores e turbinas para aviação	-	-	161	0,00	-100,00
Demais materiais de transporte	2 336 168	0,07	1 226 317	0,03	90,50
Complexo soja	710 054 892	19,85	906 401 122	23,88	-21,66
Soja em grão	298 412 833	8,34	400 232 991	10,54	-25,44
Farelo de soja	254 034 980	7,10	338 606 295	8,92	-24,98
Óleo de soja bruto	114 594 710	3,20	114 588 405	3,02	0,01
Óleo de soja refinado	43 012 369	1,20	52 973 431	1,40	-18,80
Madeiras e manufaturas de madeira	436 440 957	12,20	471 955 940	12,43	-7,53
Madeira compensada ou contraplacada	167 244 236	4,68	211 362 452	5,57	-20,87
Madeira serrada	79 670 047	2,23	91 982 936	2,42	-13,39
Obras de marcenaria ou de carpintaria	51 653 526	1,44	47 629 426	1,25	8,45
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	30 328 654	0,85	32 502 015	0,86	-6,69
Madeira laminada	8 327 917	0,23	9 604 399	0,25	-13,29
Demais madeiras e manufaturas de madeira	99 216 577	2,77	78 874 712	2,08	25,79
Carnes	369 112 922	10,32	437 395 951	11,52	-15,61
Carne de frango "in natura"	308 396 490	8,62	314 204 053	8,28	-1,85
Carne de frango industrializada	18 903 999	0,53	1 964 002	0,05	862,52
Carne suína "in natura"	17 811 137	0,50	52 260 480	1,38	-65,92
Carne de peru "in natura"	6 352 229	0,18	26 323 598	0,69	-75,87
Carne bovina "in natura"	5 637 300	0,16	33 213 037	0,87	-83,03
Carne bovina industrializada	211 569	0,01	256 255	0,01	-17,44
Demais carnes	11 800 198	0,33	9 174 526	0,24	28,62
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	236 464 212	6,61	222 900 910	5,87	6,08
Compressores e bombas	73 765 575	2,06	89 267 805	2,35	-17,37
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	28 512 336	0,80	32 853 072	0,87	-13,21
Refrigeradores e congeladores	19 905 004	0,56	28 545 482	0,75	-30,27
Torneiras e válvulas	14 281 043	0,40	5 784 880	0,15	146,87
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	13 987 159	0,39	9 592 818	0,25	45,81
Rolamentos e engrenagens	9 480 241	0,27	9 559 360	0,25	-0,83
Aparelhos de ar-condicionado	4 654 655	0,13	4 571 290	0,12	1,82
Computadores e acessórios	1 561 618	0,04	557 469	0,01	180,13
Aparelhos para filtrar ou depurar	1 251 344	0,03	538 835	0,01	132,23
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	844 663	0,02	1 971 430	0,05	-57,15
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	287 992	0,01	168 356	0,00	71,06
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	238 954	0,01	165 219	0,00	44,63
Laminadores de metais	5 498	0,00	-	-	-
Máquinas de costura	4 657	0,00	-	-	-
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	338	0,00	42	0,00	704,76
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	67 683 135	1,89	39 324 852	1,04	72,11

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2005-2006

conclusão

GRUPO/SUBGRUPO	JAN-MAIO 2006		JAN MAIO 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Cereais	123 513 883	3,45	61 192 058	1,61	101,85
Papel e celulose	111 715 397	3,12	100 160 315	2,64	11,54
Papel	111 703 875	3,12	99 797 822	2,63	11,93
Celulose	11 522	0,00	362 493	0,01	-96,82
Produtos químicos	101 444 084	2,84	75 416 828	1,99	34,51
Produtos químicos orgânicos	25 056 138	0,70	13 324 548	0,35	88,04
Plásticos e suas obras	23 557 121	0,66	19 607 481	0,52	20,14
Adubos e fertilizantes	13 784 695	0,39	13 117 860	0,35	5,08
Produtos químicos inorgânicos	6 155 802	0,17	6 432 059	0,17	-4,30
Óleos essenciais e resinóides	3 164 764	0,09	3 483 288	0,09	-9,14
Extratos tanantes e tintoriais	1 114 430	0,03	828 854	0,02	34,45
Produtos farmacêuticos	644 048	0,02	964 798	0,03	-33,25
Demais produtos químicos	27 967 086	0,78	17 657 940	0,47	58,38
Café	91 717 561	2,56	86 361 047	2,28	6,20
Café solúvel	61 980 051	1,73	57 852 541	1,52	7,13
Café cru em grão	29 737 510	0,83	28 508 506	0,75	4,31
Derivados de petróleo	88 016 454	2,46	56 919 123	1,50	54,63
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	62 464 339	1,75	45 477 511	1,20	37,35
Gasolina	15 317 214	0,43	-	-	-
Óleos e combustíveis	7 741 390	0,22	9 891 823	0,26	-21,74
Óleos lubrificantes	861 987	0,02	863 035	0,02	-0,12
Demais derivados de petróleo	1 631 524	0,05	686 754	0,02	137,57
Materiais elétricos e eletrônicos	81 595 745	2,28	82 859 778	2,18	-1,53
Aparelhos elétricos para telefonia	35 310 731	0,99	48 001 065	1,26	-26,44
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	21 323 940	0,60	16 041 096	0,42	32,93
Aparelhos transmissores e receptores	6 702 994	0,19	7 652 734	0,20	-12,41
Geradores e transformadores, elétricos	4 062 256	0,11	2 881 297	0,08	40,99
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	2 605 869	0,07	1 710 037	0,05	52,39
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 240 980	0,06	2 283 460	0,06	-1,86
Demais materiais elétricos e eletrônicos	9 348 975	0,26	4 290 089	0,11	117,92
Outros grupos de produtos	423 503 477	11,84	420 660 517	11,08	0,68
TOTAL	3 577 146 730	100,00	3 796 043 742	100,00	-5,77

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2006		2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	417 118 355	21,05	380 157 265	18,99	9,72
Óleos brutos de petróleo	385 308 957	19,44	374 583 357	18,71	2,86
Óleos e combustíveis	24 271 113	1,22	-	-	-
Óleos lubrificantes	40 037	0,00	193 834	0,01	-79,34
Demais derivados de petróleo	7 498 248	0,38	5 380 074	0,27	39,37
Material de transporte e componentes	371 874 399	18,77	423 554 274	21,16	-12,20
Autopeças	184 377 121	9,30	221 939 691	11,09	-16,92
Motores para veículos	89 971 969	4,54	141 915 333	7,09	-36,60
Automóveis	55 819 323	2,82	17 206 383	0,86	224,41
Pneumáticos e câmaras de ar	18 745 934	0,95	17 866 348	0,89	4,92
Helicópteros	7 674 027	0,39	8 942 964	0,45	-14,19
Trens e materiais para vias férreas	2 400 004	0,12	71 029	0,00	-
Tratores	1 506 945	0,08	650 587	0,03	131,63
Veículos de carga	1 326 147	0,07	3 038 962	0,15	-56,36
Partes e peças de aviões e helicópteros	361 796	0,02	192 494	0,01	87,95
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	297 589	0,02	172 835	0,01	72,18
Motores e turbinas para aviação	218 289	0,01	296 269	0,01	-26,32
Motocicletas	177 569	0,01	-	-	-
Aviões	36 125	0,00	36 000	0,00	0,35
Reboques para transporte de mercadorias	4 302	0,00	-	-	-
Demais materiais de transporte	8 957 259	0,45	11 225 379	0,56	-20,21
Produtos químicos	304 475 053	15,36	315 449 269	15,76	-3,48
Produtos químicos orgânicos	90 947 726	4,59	81 490 721	4,07	11,61
Adubos e fertilizantes	74 683 270	3,77	120 591 266	6,02	-38,07
Plásticos e suas obras	67 697 439	3,42	60 073 490	3,00	12,69
Produtos farmacêuticos	25 276 752	1,28	10 927 456	0,55	131,31
Produtos químicos inorgânicos	8 658 607	0,44	5 552 786	0,28	55,93
Extratos tanantes e tintoriais	7 649 083	0,39	7 305 608	0,36	4,70
Produtos para fotografia	2 079 408	0,10	747 520	0,04	178,17
Óleos essenciais e resinóides	1 277 203	0,06	1 937 219	0,10	-34,07
Demais produtos químicos	26 205 565	1,32	26 823 203	1,34	-2,30
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	255 660 473	12,90	276 700 202	13,82	-7,60
Compressores e bombas	59 125 742	2,98	67 884 315	3,39	-12,90
Rolamentos e engrenagens	34 011 646	1,72	40 193 455	2,01	-15,38
Computadores e acessórios	32 727 367	1,65	21 611 326	1,08	51,44
Torneiras e válvulas	15 383 174	0,78	16 088 663	0,80	-4,39
Aparelhos para filtrar ou depurar	8 393 357	0,42	9 672 398	0,48	-13,22
Refrigeradores e congeladores	7 588 818	0,38	7 726 750	0,39	-1,79
Aparelhos de ar-condicionado	7 309 867	0,37	14 301 691	0,71	-48,89
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	6 971 881	0,35	4 494 753	0,22	55,11
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	3 940 659	0,20	5 436 825	0,27	-27,52
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	2 968 963	0,15	6 567 624	0,33	-54,79
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 736 077	0,09	1 777 677	0,09	-2,34
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	648 012	0,03	674 201	0,03	-3,88
Máquinas de costura	381 038	0,02	210 987	0,01	80,60
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	282 202	0,01	894 368	0,04	-68,45
Laminadores de metais	163 751	0,01	65 149	0,00	151,35
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	74 027 919	3,74	79 100 020	3,95	-6,41

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MAIO 2005-2006

conclusão

GRUPO/SUBGRUPO	2006		2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Materiais elétricos e eletrônicos	179 391 037	9,05	167 233 288	8,35	7,27
Geradores e transformadores, elétricos	22 760 381	1,15	20 701 053	1,03	9,95
Aparelhos elétricos para telefonia	22 418 423	1,13	16 788 978	0,84	33,53
Aparelhos transmissores e receptores	19 378 490	0,98	26 183 705	1,31	-25,99
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	17 768 174	0,90	18 970 918	0,95	-6,34
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	5 716 814	0,29	6 558 879	0,33	-12,84
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	1 323 677	0,07	1 107 607	0,06	19,51
Demais materiais elétricos e eletrônicos	90 025 078	4,54	76 922 148	3,84	17,03
Produtos metalúrgicos	79 741 277	4,02	60 736 154	3,03	31,29
Produtos laminados planos de ferro ou aço	10 344 366	0,52	1 585 520	0,08	552,43
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	7 718 895	0,39	4 487 521	0,22	72,01
Catodos de cobre	5 640 103	0,28	2 432 762	0,12	131,84
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	3 487 461	0,18	2 821 144	0,14	23,62
Ligas de alumínio	1 010 554	0,05	1 807 929	0,09	-44,10
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	670 643	0,03	268 265	0,01	149,99
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	285 020	0,01	166 509	0,01	71,17
Demais produtos metalúrgicos	50 584 235	2,55	47 166 504	2,36	7,25
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	57 584 268	2,91	61 403 275	3,07	-6,22
Papel e celulose	43 135 924	2,18	41 558 318	2,08	3,80
Papel	26 795 118	1,35	18 401 476	0,92	45,61
Celulose	16 340 806	0,82	23 156 842	1,16	-29,43
Cereais	35 845 154	1,81	24 562 738	1,23	45,93
Produtos têxteis	25 761 810	1,30	22 991 975	1,15	12,05
Confecções	14 946 520	0,75	13 889 079	0,69	7,61
Fios sintéticos ou artificiais	5 189 245	0,26	4 227 788	0,21	22,74
Tecidos de algodão	17 273	0,00	54 604	0,00	-68,37
Sisal em fibras, cordas e cabos	298	0,00	1 308	0,00	-77,22
Fios de algodão	220	0,00	292	0,00	-24,66
Demais produtos têxteis	5 608 254	0,28	4 818 904	0,24	16,38
Madeiras e manufaturas de madeira	15 038 312	0,76	13 670 666	0,68	10,00
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	11 211 616	0,57	9 477 888	0,47	18,29
Madeira serrada	1 565 604	0,08	1 749 611	0,09	-10,52
Demais madeiras e manufaturas de madeira	1 385 046	0,07	1 033 024	0,05	34,08
Madeira laminada	792 917	0,04	1 340 367	0,07	-40,84
Madeira compensada ou contraplacada	61 061	0,00	69 351	0,00	-11,95
Obras de marcenaria ou de carpintaria	22 068	0,00	425	0,00	-
Outros grupos de produtos	196 092 366	9,90	213 935 377	10,69	-8,34
TOTAL	1 981 718 428	100,00	2 001 952 801	100,00	-1,01

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2006

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 238	62 813 008	33 662 231
2005 ⁽¹⁾	10 022 669	4 526 596	5 496 073	118 308 387	73 585 787	44 722 600
Janeiro	536 298	397 779	138 519	7 444 156	5 257 383	2 186 773
Fevereiro	601 990	360 493	241 498	7 756 287	4 980 267	2 776 021
Março	858 948	428 202	430 745	9 250 721	5 909 067	3 341 654
Abril	896 454	372 547	523 908	9 201 549	5 331 783	3 869 766
Maio	902 353	442 932	459 421	9 818 450	6 371 998	3 446 453
Junho	921 094	405 752	515 342	10 206 064	6 172 542	4 033 521
Julho	937 866	335 907	601 960	11 061 348	6 057 655	5 003 693
Agosto	965 292	385 851	579 441	11 346 320	7 690 915	3 655 406
Setembro	824 736	343 842	480 893	10 634 464	6 315 147	4 319 317
Outubro	842 104	305 853	536 251	9 903 278	6 225 499	3 677 780
Novembro	914 250	395 738	518 512	10 789 757	6 710 300	4 079 457
Dezembro	821 284	351 701	469 583	10 895 992	6 563 232	4 332 760
2006 ⁽¹⁾	3 577 147	1 981 718	1 595 428	49 465 614	34 006 790	15 458 824
Janeiro	607 826	397 350	210 477	9 270 707	6 430 331	2 840 376
Fevereiro	628 929	348 838	280 090	8 750 217	5 929 749	2 820 468
Março	857 017	562 087	294 931	11 366 397	7 688 608	3 677 789
Abril	784 114	371 446	412 668	9 803 478	6 710 609	3 092 869
Maio	699 260	301 998	397 262	10 274 815	7 247 492	3 027 323

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2006

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Julho	0,74
2000	6,23	Agosto	0,08
2001	5,90	Setembro	0,23
2002	12,02	Outubro	0,41
2003	6,46	Novembro	0,32
2004	10,40	Dezembro	0,33
2005	4,05	2006	2,99
Janeiro	0,52	Janeiro	1,21
Fevereiro	0,02	Fevereiro	0,15
Março	0,66	Março	0,53
Abril	1,14	Abril	0,76
Maio	0,38	Maio	0,30
Junho	-0,82		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2006

PERÍODO	VARIÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Maio	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11
Agosto	0,17	-0,79	-0,65	-1,04	0,02
Setembro	0,35	-0,13	-0,53	-0,28	0,24
Outubro	0,75	0,63	0,60	0,79	0,19
Novembro	0,55	0,33	0,40	0,28	0,24
Dezembro	0,36	0,07	-0,01	0,37	-0,14
2006	1,74	0,61	1,41	0,18	2,41
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Maio	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	0,75

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33
Agosto	383 481	2 538 356	0,15	531 752	51 606	10,30	255 235	270 952	0,94	108 105	327 865	0,33
Setembro	392 888	2 545 459	0,15	522 833	52 098	10,04	262 979	271 782	0,97	110 284	328 461	0,34
Outubro	385 733	2 551 211	0,15	522 019	52 460	9,95	264 054	272 286	0,97	108 801	327 927	0,33
Novembro	392 917	2 555 856	0,15	528 283	52 868	9,99	275 453	272 895	0,98	112 966	327 654	0,34
Dezembro	388 276	2 561 066	0,15	529 105	53 256	9,94	280 920	273 124	1,03	116 087	327 363	0,35
2006												
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Maio	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42
Agosto	58 677	6 971	8,42	46 914	3 669	12,79	1 697	572	2,97	1 385 860	3 199 991	0,43
Setembro	58 967	6 997	8,43	46 805	3 667	12,76	1 720	574	3,00	1 396 477	3 209 038	0,44
Outubro	59 413	6 996	8,49	45 496	3 678	12,37	1 781	577	3,09	1 387 296	3 215 135	0,43
Novembro	58 566	7 051	8,30	47 878	3 688	12,98	1 886	577	3,27	1 417 939	3 220 589	0,44
Dezembro	59 450	7 098	8,38	47 908	3 707	12,92	1 931	581	3,32	1 423 676	3 226 195	0,44
2006												
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Maio	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2006

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119
Janeiro	13 075	125 718	234 481	58 485
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600
Março	14 463	137 161	358 729	63 623
Abril	13 223	131 223	306 370	63 316
Mai	13 515	133 295	289 173	68 231
Junho	15 395	133 053	291 069	70 432
Julho	13 885	143 499	295 441	72 887
Agosto	14 652	161 808	328 343	75 267
Setembro	14 330	142 307	297 227	72 457
Outubro	13 976	129 715	287 898	68 103
Novembro	13 904	132 480	288 176	67 027
Dezembro	13 628	158 187	266 117	67 691
2006	51 804	541 012	1 150 498	248 740
Janeiro	12 218	131 842	244 992	58 992
Fevereiro	11 709	131 040	270 734	57 054
Março	15 368	141 531	345 202	69 472
Abril	12 510	135 684	287 345	63 222

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2006

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	99,15	90,96	101,9	94,41	103,08	115,18
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83	97,26
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05	96,47
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29	98,95
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	129,78	115,2	131,36	131,83	149,6	144,52
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59	120,86
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48	65,58
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44	192,01
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	97,88	104,52	140,44	112,03	129,4	124,71
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22	107,71

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)										
	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06
Combustíveis e lubrificantes	108,52	103,50	100,76	100,71	100,19	101,07	84,73	88,57	82,11	86,22	82,02
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	105,52	96,10	95,99	104,85	97,92	131,77	103,45	92,34	99,44	108,44	113,59
Hipermercados e supermercados	104,72	95,06	94,95	103,74	96,67	130,49	102,53	91,32	98,64	107,49	112,67
Tecidos, vestuário e calçados	119,34	99,78	103,18	96,61	100,64	197,05	91,39	97,41	77,97	85,42	104,77
Móveis e eletrodomésticos	142,93	144,46	134,52	147,86	146,96	237,52	141,93	152,51	118,79	156,32	140,11
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	116,44	121,33	111,85	117,16	119,60	144,97	117,47	117,08	108,47	131,23	113,11
Livros, jornais, revistas e papelaria	77,28	99,53	75,43	68,81	64,26	106,94	96,81	103,09	106,77	98,47	78,90
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	163,72	196,92	172,72	204,58	182,97	239,43	207,53	179,19	215,71	249,79	185,42
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	122,90	123,69	115,10	130,92	131,47	236,49	130,12	116,31	113,60	133,43	157,15
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	112,53	105,64	103,22	109,56	106,15	149,50	105,34	101,31	98,04	110,11	111,89

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2006

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	3341	3342	3343	3344	3345

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2006

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)										
	2001	2002	2003	2004	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	108,3	108,4	108,9	109,6	110,8	109,5
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	78,4	76,0	77,5	76,8	76,2	73,8
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	108,7	108,8	109,3	110,0	111,3	110,0
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	138,4	139,4	139,8	143,4	145,1	146,6
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	111,3	214,2	333,0	420,1	408,5	91,8
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	93,1	93,6	93,6	94,2	94,6	93,1
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	148,1	145,5	143,8	143,1	147,0	148,4
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	80,8	81,1	82,2	79,2	87,1	91,9
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,6	77,4	78,0	77,7	73,8	72,0	67,5
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	117,1	116,2	116,6	117,8	119,0	117,6
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	149,1	142,6	152,4	211,1	251,4	250,7
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	83,7	83,4	83,3	83,4	83,3	82,8
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	90,1	91,6	91,5	91,1	92,9	93,2
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	124,0	122,4	121,7	122,4	123,3	120,9
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	86,2	83,6	83,5	83,0	82,3	81,1
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	97,6	97,7	98,8	96,0	98,3	97,6
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	138,5	140,9	141,7	141,1	141,2	142,1
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,1	90,6	93,6	94,9	98,9	99,0	97,4
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	111,4	113,1	113,4	113,5	113,7	113,3
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	68,5	67,2	69,6	69,4	68,4	64,1

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)										
	Jul/05	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06
Indústria geral	108,4	108,1	107,9	107,0	107,0	105,0	105,2	104,9	104,9	105,2	105,8
Indústrias extrativas	73,3	71,4	74,0	73,7	72,4	71,1	73,3	72,0	73,8	73,8	73,7
Indústria de transformação	108,9	108,6	108,4	107,5	107,4	105,4	105,6	105,3	105,3	105,6	106,2
Alimentos e bebidas	146,9	148,5	149,2	149,5	151,9	151,0	148,7	148,2	149,5	148,6	148,7
Fumo	89,9	88,0	88,5	88,5	90,8	87,6	311,3	109,1	310,2	411,0	414,9
Têxtil	93,1	92,1	92,5	92,7	91,2	92,7	98,3	97,3	98,7	98,0	99,2
Vestuário	145,4	142,4	140,5	139,1	139,6	133,9	132,0	131,5	133,3	132,2	131,0
Calçados e couro	89,8	88,7	89,9	92,1	93,1	92,0	92,7	89,7	91,3	94,1	95,5
Madeira	65,1	64,9	63,6	62,6	61,0	59,2	58,5	59,9	57,9	58,2	58,1
Papel e gráfica	117,3	117,6	118,7	116,2	115,7	114,0	115,3	114,5	114,9	115,3	116,4
Refino de petróleo e combustíveis	237,8	227,3	219,5	169,5	157,9	148,1	171,0	145,7	140,4	181,9	216,1
Produtos químicos	82,1	81,6	83,0	84,0	83,4	81,4	89,6	87,7	87,7	92,0	91,1
Borracha e plástico	93,9	94,9	94,6	94,6	94,5	90,7	90,8	91,2	90,0	91,0	90,8
Minerais não-metálicos	117,1	120,8	118,2	117,6	116,3	114,3	114,7	115,5	115,0	114,5	113,7
Metalurgia básica	81,7	79,4	80,4	80,5	79,6	75,7	75,9	75,1	76,3	77,3	74,9
Produtos de metal ⁽¹⁾	98,8	99,5	102,4	103,8	102,0	100,4	102,8	101,4	103,2	102,5	104,1
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	139,8	134,4	132,8	132,4	131,5	130,1	126,5	130,3	128,8	123,1	123,6
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	96,9	95,6	96,7	98,3	97,7	94,2	94,3	95,0	94,8	94,0	93,5
Fabricação de meios de transporte	112,8	112,1	111,4	111,2	111,9	112,0	112,4	112,6	112,4	111,7	113,0
Fabricação de outros produtos	63,7	64,0	64,0	64,2	65,7	64,3	62,4	62,9	61,6	62,4	62,8

FONTE: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2006

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Mai	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631
Agosto	2 398	711	2 847	4 585	-222	-	10 319
Setembro	2 410	-16	2 599	1 512	-330	-	6 175
Outubro	-4 511	278	2 382	2 322	-1 445	1	-973
Novembro	-2 571	259	4 505	1 613	-4 332	1	-525
Dezembro	-8 278	-1 509	-1 082	-5 712	-5 250	-	-21 831
2006	23 183	5 397	6 903	20 539	9 276	-	65 298
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Mai	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2002-2006

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002		Setembro	7,9
Dezembro	6,4	Outubro	8,4
2003		Novembro	8,0
Janeiro	7,8	Dezembro	7,2
Fevereiro	9,0	2005	
Março	10,0	Janeiro	7,7
Abril	9,6	Fevereiro	8,7
Maió	10,2	Março	8,5
Junho	10,2	Abril	8,2
Julho	10,3	Maió	8,1
Agosto	8,4	Junho	7,9
Setembro	8,4	Julho	7,6
Outubro	8,5	Agosto	7,6
Novembro	8,0	Setembro	7,0
Dezembro	6,5	Outubro	6,5
2004		Novembro	5,1
Janeiro	7,1	Dezembro	5,5
Fevereiro	7,5	2006	
Março	8,9	Janeiro	7,2
Abril	8,2	Fevereiro	7,9
Maió	8,4	Março	8,2
Junho	8,7	Abril	8,7
Julho	8,9	Maió	7,6
Agosto	8,2		

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2005

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Varição Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003	99 000	5,20	1 556 182	0,54
2004 ⁽²⁾	108 207	2,40	1 766 621	4,94
2005 ⁽²⁾	...	0,3	1 937 598	2,3

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa, no caso do Paraná.